UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ELIZETE CARVALHO FAGUNDES BARRETO

O MATOPIBA E AS COMUNIDADES CAMPONESAS: contradições e invisibilidade

Rio de Janeiro

2016

ELIZETE CARVALHO FAGUNDES BARRETO

O MATOPIBA E AS COMUNIDADES CAMPONESAS: contradições e invisibilidade

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - Campus da Praia Vermelha – Rio de Janeiro - RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social junto à Escola de Serviço Social – ESS.

Orientadora: Maristela Dal Moro

Rio de Janeiro

2016

Com carinho às nossas famílias e aos/as camaradas de luta, aos camponeses e camponesas que de um modo especial nos incentivaram na busca para a realização dos nossos ideais, encorajando-nos a enfrentar todos os momentos difíceis da vida e aos professores que muito contribuiu para esta formação.

DEDICAMOS

AGRADECIMENTOS

À luta de tantas lutadoras e lutadores que na busca para construir a dignidade para o campesinato conquistaram direitos importantes para a classe, entre eles o direito de acesso à universidade.

Aos familiares: Eldo meu companheiro, Iara minha filha, Eva minha mãe, minhas irmãs Eliana, Edilza, Edelzina e Elaine e minha sogra Ana, que com muita compreensão, confiança, dedicação, apoio incondicional e amor, me proporcionaram as condições para a realização desta tarefa.

Aos amigos, Francisca, Gilvan, Roseli, Humberto, Joselma, Julia Farias, Luana, Franciele e Sara, pela cumplicidade, companheirismo e cuidado durante os cinco anos de muito estudo.

À Professora Maristela Dal Moro, não só pela orientação, mas também, representando o conjunto de professores e professoras, pela dedicação desempenhada para a realização do curso.

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, por proporcionar a oportunidade de desafiar-me ao estudo.

RESUMO

Este trabalho objetiva fazer uma reflexão acerca do agronegócio, suas leis, sua origem e sua importância para o sistema de produção capitalista, como se consolidou no território brasileiro, e, especialmente como vem ganhando força na contemporaneidade, no bioma cerrado da região Nordeste e parte do cerrado da região Norte, com a implementação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário para a região que foi denominada de MATOPIBA, denominação criada usando as primeiras letras dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, Estados que estão inseridos nesse programa. Pretende-se tratar quais os impactos desse Programa no extremo Oeste do Estado da Bahia e como este vem ampliando ainda mais os conflitos com as comunidades tradicionais de Fechos de Pastos. Busca fazer uma reflexão, de que tipo de desenvolvimento o Estado brasileiro, capturado pelo capital, tem imposto aos povos, sobretudo, aos nordestinos, sua intencionalidade, a quem beneficia e como ficam as populações afetadas por este modelo. Deste modo, este estudo busca resgatar elementos históricos, que incidem na formação do que hoje está sendo proposto para as comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos, e para o campesinato como um todo e como a proposta ameaça a vida e o território das comunidades camponesas que existem nas áreas do bioma cerrado dos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Palavras chaves: Agronegócio, fronteira agrícola e Comunidade Tradicional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 07

2 CAPITÚLO - O CAPITAL NO CAMPO E SEU DESENVOLVIMENTO 10
2.1 O movimento do capital e a captura da terra 10
2.2 A modernização conservadora da agricultura no Brasil 13
2.3 O agronegócio 25
2.4 O Estado como provedor do desenvolvimento do agronegócio no Brasil 30

3 CAPITULO - FORMAÇÃO ECONOMICA DA REGIÃO NORDESTE 38
3.1 O desenvolvimento das principais atividades econômicas 38
3.2 Desenvolvimento regional desigual 43
3.3 A intervenção do Estado 46

4 CAPITULO - O AGRONEGÓCIO NO CERRADO NORDESTINO 56
4.1 Expansão do agronegócio na região Oeste da Bahia 56
4.2 A “nova” Fronteira agrícola – MATOPIBA 64
.3 As contradições da microrregião da Santa Maria da Vitória 81
4.4 As comunidades Tradicionais de Fechos de Pasto e o MATOPIBA 83

CONCLUSÃO 89
REFERENCIAS 92

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento econômico em pauta na contemporaneidade é o resultado do processo histórico e de formação da sociedade, sociedade esta regida pelas leis do modo de produção capitalista, que tem como principais características a exploração do trabalho, a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza produzida socialmente. Em suas muitas formas de expressão, o capitalismo tem consolidado sua exploração no campo agrário, com a nomenclatura de agronegócio. Esse modelo de exploração dos recursos naturais, com fins mercantis, encontra-se consolidado ou já em fase de estagnação, na grande maioria das regiões do país, isto pelo fato de terem sido inseridas em processos anteriores de expansão da agropecuária intensiva. No caso especifico do bioma cerrado, para os interesses capitalistas, essas terras seriam apenas reserva de valor. Após os anos 1990, as grandes extensões de terras planas, passaram a assumir uma posição estratégica na produção agropecuária capitalista.

Esse trabalho pretende fazer uma análise do Plano de Desenvolvimento Agropecuário – PDA do MATOPIBA, proposto para ser desenvolvido, nas áreas ocupadas pelo bioma cerrado em quatro Estados, sendo eles Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecida como a região do MATOPIBA, oficializada por decreto presidencial Nº 8.447 - 06/05/2015**.** O PDA MATOPIBA, para além de delimitar a área para a expansão da agropecuária intensiva, tem a função de orientar a política agrícola e agrária, da região, bem como, direcionar os investimentos públicos em infraestrutura e logística necessária para o pleno desenvolvimento e expansão do agronegócio. O projeto de expansão do agronegócio na região do MATOPIBA tem como alvo, as áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades camponesas.

As comunidades camponesas hoje reconhecidas pelo Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Promoção e Igualdade Racial - SEPROMI, como Comunidades Tradicionais de Fundos e Fechos de Pastos, organizam-se em territórios de uso coletivo, mantendo a vegetação nativa preservada para: o pastoreio do gado bovino, de forma extensiva, o extrativismo de frutos, ervas,

mel, matéria prima para artesanato e para a manutenção de nascentes e riachos. A realidade fundiária desses territórios e regida até então pela posse de médias e grandes extensões de terra, tomamos como exemplo, uma área de aproximadamente 3 (três) mil hectares sendo manejada (usada) pela comunidade. Há uma diversidade de realidades, com áreas de fechos maiores e menores. Essas comunidades em sua grande maioria estão organizadas em associações comunitárias de posseiros, que dentre outras finalidades buscam a regularização dos territórios junto à Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão do Estado responsável pelas regularizações de terras no Estado da Bahia.

Conhecer sua dinâmica e historia é fundamental para compreender o processo que se desenvolve, na atualidade, na região do MATOPIBA, reconhecida pelo governo e por capitalistas como, a “nova” fronteira agrícola a ser explorada. Pretende-se identificar como esse processo de expansão do capital agronegócio vem afetando as comunidades camponesas dessa região em especial atenção às Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos da região Oeste da Bahia. Entender de que forma essas comunidades camponesas, que ocupam o território há centenas de anos, estão sendo afetadas pela proposta de desenvolvimento agropecuário, que tem como lema principal, a modernização da agricultura, o aumento da produtividade e a inserção de tecnologias avançadas.

Para a consecução deste estudo foi realizada pesquisa bibliográfica, principalmente em alguns clássicos que contribuem para desvendar os processos que constituem o que é hoje chamado de agronegócio. Utilizou-se, também a bibliografia que trata da formação econômica do Nordeste e o desenvolvimento do capital no campo. Essa pesquisa estendeu-se as diversas dissertações de mestrado e doutorado a cerca do tema. Foi realizada, também, uma pesquisa documental, principalmente através das Notas Técnicas elaboradas pela equipe da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre o período de maio e 2014 e agosto de 2015, documentos de sítios, relatório de Ação Discriminatória Administrativa Rural e artigos.

Este trabalho se divide em três capítulos:

Com o primeiro capitulo, buscou-se fazer um breve resgate da origem do capital, como ele se apresentou no campo, o desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil suas fases anteriores até chegar ao que se denomina de agronegócio e como o Estado intervém na economia capitalista. No segundo capitulo, foram abordados os elementos da formação econômica do Nordeste, seus dilemas, a sua participação na divisão regional e internacional do trabalho, as desigualdades regionais e a intervenção do Estado brasileiro na economia regional e nacional. E por fim no terceiro capitulo, faz-se um resgate de como foi a ocupação econômica do cerrado nordestino e da região oeste da Bahia, caracterização da “nova” fronteira agrícola denominada de MATOPIBA, a atuação do Estado, as contradições da microrregião prioritária na Bahia e as Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos do Oeste da Bahia.

Este estudo se constitui de uma relevância impar para a formação do profissional de Serviço Social e para a profissão, pois tendo este o objetivo de investigar a ação do capital no campo agrário, tem uma incidência não só no tocante às expressões da questão social com as quais esta profissão lida no cotidiano do exercício profissional, quanto também como uma nova possibilidade de atuação do profissional. Importante considerar que a profissão pode contribuir para assegurar a não violação dos direitos das comunidades camponesas, e também nos processos de organização das populações para reconhecerem os direitos conquistados. Essa inserção pode contribuir para ampliar a visão do Serviço Social acerca da questão agrária e seus rebatimentos na questão urbana. Uma possibilidade não só de atuação como profissional, mais também de investigação e elaboração. Para as comunidades camponesas, sobretudo, as comunidades de Fechos de Pastos, por se tratar das principais prejudicadas pelo grande projeto do capital/ agronegócio, acredita-se, que este trabalho possibilitara fazer algumas reflexões a cerca de quem de fato sempre esteve e está na essência dos problemas e conflitos vivenciados por estas comunidades. E para a autora além de ser uma oportunidade de qualificar o aprendizado, exercitar a elaboração e desenvolver a consciência critica acerca da realidade, também a oportunidade de conhecer o jeito de viver e praticar a agricultura e agropecuária. Possibilitou também articular o conhecimento cientifico para analisar a realidade social.

1 CAPITÚLO - O CAPITAL NO CAMPO E SEU DESENVOLVIMENTO

1.1 O movimento do capital e a captura da terra

Para melhor entender o processo de desenvolvimento e reprodução das relações capitalistas no campo é necessário antes ter em conta de que a agricultura está inserida na lógica de produção e reprodução ampliada do capital. Para Marx (1985), a acumulação de capitais implica necessariamente que uma parcela da mais-valia seja convertida em capital. O processo de valorização de capitais requer que a mais-valia que é extraída do trabalho seja reinvestida no processo de trabalho e convertida em meios de produção e força de trabalho. Segundo Marx (1985), o capital precisa entrar na esfera da produção para que este possa se valorizar, gerar mais valor e cada vez mais de forma ampliada, ou seja, um valor precisa gerar mais valor, um valor maior que seu valor inicial. Segundo o autor existe um tempo de rotação do capital, ou seja, o tempo que o capital leva para se valorizar e ser reinvestido no processo de produção, tempo entre o dinheiro e a mercadoria, meio de produção ou força de trabalho, consumida na produção de nova mercadoria, ser realizada como valor-de-troca e valorizada aparecendo novamente na forma dinheiro pronto para ser novamente investido no processo de trabalho. Quanto menor o tempo de rotação do capital maior será a massa de mais-valia e maior a taxa de acumulação. Dentro desta lógica de busca de um menor tempo de rotação entre capital investido e mais valia realizada, situa-se a agricultura capitalista. Embora as particularidades da produção agrícola, esta também produz mercadorias. Tem como principais meios de produção os recursos naturais (terra fértil, água, e luminosidade), utiliza a força de trabalho e com a inserção de tecnologia tem sua produção direcionada para a produção de mercadorias que se realizam atualmente através das commodities e mercado do futuro (comercialização antecipada da produção). Para dar maior velocidade ao tempo de rotação do capital se investe em desenvolvimento tecnológico dos meios de produção provocando uma alteração na composição orgânica do capital, elevação do capital constante (meios de produção) e uma diminuição do capital variável (força de trabalho).

A acumulação capitalista acarreta serias consequências sociais para os trabalhadores dentre elas, a expulsão da força de trabalho do processo produtivo, que cria uma superpopulação de trabalhadores excedentes, sobrante (MARX 1985), e no caso do capital que se desenvolve no campo, além de impactar fortemente os camponeses (trabalhadores produtores diretos) com o processo de expropriação das terras e dos meios de produção, ocasiona o êxodo rural, fazendo aumentar a massa sobrante de força de trabalho e provoca o encarecimento dos alimentos nos centros urbanos, pois toda a produção das empresas agrícolas capitalistas, não está voltada à satisfação das necessidades sociais, mas a produção de mercadorias, definidas sempre pelo mercado externo e pelas grandes corporações. A agricultura assume esse papel, também, pois o capital representado pelo mercado penetra todas as esferas da vida da sociedade. A gênese desse processo é muito bem explicada por Marx ao tratar da acumulação primitiva do capital.

Para que o modo de produção capitalista[1] pudesse se desenvolver ele necessitava que se confrontassem duas categorias de homens, duas classes sociais, de um lado, os que dispõem de capitais para comprar no mercado como mercadoria a força de trabalho e do outro, homens que possuem unicamente a sua força de trabalho como mercadoria, à venda (NETTO, 2010). A necessidade da existência, destas duas categorias de homens, fez com que se desenvolvesse um processo histórico de expropriação dos produtores diretos, sobretudo, dos camponeses, “a acumulação primitiva ou originária, num ciclo que Marx chamou de pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio” (NETTO, 2010. p, 86). Segundo Marx (2008), a acumulação primitiva entendida aqui como a gênese do desenvolvimento capitalista no campo e uma forma de extração da renda da terra.

A acumulação primitiva, como foi denominada por Marx (1984, I, 2), foi produzida em sua forma clássica na Inglaterra, “não por acaso esse país experimentou tão pioneira e intensamente o desenvolvimento capitalista (NETTO, 2010, p. 87)”, mas também em outros países da Europa Ocidental.

[1] Organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isto, devem vender a sua força de trabalho (Lênin *apud* NETTO, 2010. P. 88).

Com os cercamentos dos campos e os feudos em decadência, numerosas massas de camponeses foram obrigadas a migrarem para as cidades, o que posteriormente possibilitou o surgimento de um grande contingente de trabalhadores despossuídos dos meios de produção, possuidores apenas da sua força de trabalho, que se obrigavam a ir ao mercado dispor a sua força de trabalho, como uma mercadoria, aos donos dos meios de produção, o que possibilitou o desenvolvimento do capital industrial. Para Marx (1984) a forma como a burguesia se apropria das terras, bem como a pilhagem, as rapinas os saques, caracterizam uma forma primitiva de acumulação de capitais, esse processo provocou por um lado a concentração de terras nas mãos de alguns poucos e por outro lado a formação de uma massa de trabalhadores livres, que foram se aglomerando nas cidades. Tratou-se de um processo de cisão, separação do trabalhador dos seus meios de produção e das condições do seu trabalho, em que os trabalhadores diretos são transformados em trabalhadores assalariados, vendedores da sua força de trabalho, enquanto os meios sociais de produção são transformados em propriedade privada, em capital (MARX, 1985). Para o autor, esse processo de cercamento das terras comunais e expulsão dos camponeses de suas terras foram realizados com o uso de muita violência.

> Uma legislação (logo qualificada como “sanguinária”) foi acionada para castigar aqueles que resistissem ao esbulho. Ao cabo de algumas décadas, o resultado desse processo bárbaro foi, de um lado, a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e, o deslocamento para as cidades de uma enorme massa de homens desprovida de tudo à exceção da sua força de trabalho – precisamente aqueles contingentes que, livres da servidão e ao mesmo tempo sem dispor de nada, podiam migrar de um lugar para outro oferecendo-se para trabalhar; em suma, os contingentes donde sairia a classe operária (NETTO, 2010. P 86, 87).

Esse processo de acumulação primitiva que marcou a fase embrionária do desenvolvimento do capital criou as condições, segundo Marx (1985), para que se confrontassem no mercado as duas categorias de homens, de um lado os detentores dos meios de produção e dinheiro que tem o objetivo de criar

mais valor, por meio do emprego de força de trabalho alheia e do outro lado, os trabalhadores livres, desprovidos dos meios de produção e subsistência, possuidores apenas da sua força de trabalho, disposta à venda como uma mercadoria. O capital foi se apropriando cada vez mais dos meios de produção, criando assim as bases para o desenvolvimento das relações capitalistas que no seu estágio maduro se apresentam no campo como agronegócio, a agricultura de produção de *commodities*, por sua vez, passa a ter um papel fundamental no processo de acumulação capitalista, pelos seguintes motivos: amplia a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, continua expropriando as terras de inúmeros camponeses, e gera saldos positivos para cobrir o mau desempenho da indústria.

O processo de valorização do capital requer um processo de reprodução ampliada que leva a um processo de acumulação e de concentração de capitais tendo como exemplo mais clássico a associação dos capitais concentrados: bancário, comercial e industrial, dando origem ao capital financeiro, intensificando ainda mais o processo de acumulação e concentração de capitais, excluindo ainda mais trabalhadores, ampliando a exploração de trabalho e maior controle do capital sobre o trabalho. Na sua fase monopolista ou do capital financeiro, o capital alcança todas as esferas da vida social, todos os espaços e territórios. O modo de produção capitalista não é apenas um modo de produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia, é também produção e reprodução de relações sociais, forma de organizar toda uma sociedade projetada dentro de uma lógica funcional para a sustentação do modo de produção (NETTO, 2010).

1.2 A modernização conservadora da agricultura no Brasil

Para melhor entender como se dá o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, tema deste trabalho, é necessário recorrermos a história da formação econômica do Brasil que nos mostra que a ocupação econômica do território brasileiro, se deu em função da necessidade de expansão do mercado europeu. “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 1971, p. 05). Segundo Stedile

(2005), desde a invasão dos europeus, a apropriação dos recursos naturais e o desenvolvimento da produção agrícola em terras brasileiras já eram regidos pelas leis do capitalismo mercantil que se expandia pelo continente europeu naquele período histórico o qual transformava todos os produtos em mercadorias e todas as atividades extrativistas e produtivas estavam direcionadas para o lucro. Dentro dessa lógica, todos os produtos extraídos ou produzidos em terras americanas eram enviados à metrópole europeia como forma de garantir a acumulação de capitais. Para o autor os colonizadores organizaram o território brasileiro como produtor de produtos agrícolas tropicais, de acordo com as necessidades das sociedades europeias. Introduziram e impuseram algumas culturas para serem exploradas comercialmente, como foi o caso da cana-de-açúcar, do algodão, do café, do gado bovino e da pimenta-do-reino e ainda se apropriaram de algumas plantas nativas como foi o caso do cacau e do tabaco para produzir como mercadoria em escala comercial para suprir o mercado europeu bem como a exploração de minério. Ou seja, a nossa economia já nasce atrelada, dependente da economia internacional, direcionada para atender as necessidades do mercado europeu e inserida na economia portuguesa como produtora de bens para a acumulação de capitais da metrópole.

Para Nakatani e Faleiros (2012), a ocupação do Brasil foi orientada pela divisão internacional do trabalho da sociedade capitalista, cabendo às colônias europeias no continente americano, a produção de gêneros agrícolas complementares com vistas à acumulação mercantil nas metrópoles europeias. (NAKATANI E FALEIROS, 2012, p.3). Caracterizada como uma produção em grande escala, se desenvolveu em terras brasileira, ainda que, utilizando a força de trabalho escrava, uma agricultura altamente especializada e moderna o que havia de mais avançado no período. Segundo Nakatani e Faleiros (2012), essa agricultura subsidiaria à produção de outros produtos utilizando o emprego de força de trabalho escrava, inserida na lógica de produção do capitalismo mercantil, que na Europa já ganhava maturidade como modo de produção e forma de organização da sociedade. Para Stedile (2005), este modelo de produção, de produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, implementado no Brasil no século XIX foi denominado de

agroexportador, já pelo mirante da organização da produção o modelo que foi implementado em nossas terras foi o da *plantation*[2], que teve como principais características:

> A produção agrícola em grandes fazendas de área continua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação [...] e utilizando a mão-de-obra escrava (STEDILE, 2005. p, 21).

A ocupação econômica e povoação do território brasileiro, de acordo com Nakatani e Faleiros (2012), se desenvolveram com êxito nas regiões onde se consolidaram os latifúndios de cana de açúcar e de engenhos (onde hoje é a região Nordeste), Mas as dificuldades de integração do território (um país continental) levou o isolamento e deficiência dos mercados o que possibilitou a formação no entorno dos latifúndios e dos engenhos um campesinato que viviam em função dos latifúndios produtivos, “prestando serviços subsidiários e repassando a sua produção de cana de açúcar e de produtos alimentícios, numa "lógica do favor"[3] e de dependência” (NAKATANI E FALEIROS, 2012, p.04).

Ou seja, eram funcionais ao desenvolvimento da produção açucareira, mas a sua condição de produtores de sua própria subsistência não se alterou, um campesinato que se formou pauperizado, vivendo à margem do desenvolvimento da agricultura de exportação e continua ainda hoje em grande parte do país. Vale salientar que, ainda que os latifúndios de cana de açúcar e os engenhos tenham em certa medida facilitando a ocupação econômica e territorial do país. Foi este modelo que também moldou a estrutura fundiária do Brasil com a formação dos grandes latifúndios que é característico ainda hoje na produção agrícola e ainda, com a utilização de força de trabalho escrava, contribuiu para a formação e manutenção de um campesinato pauperizado e

---

[2] Palavra de origem inglesa, utilizada por sociólogos e historiadores para resumir o funcionamento do modelo empregado nas colônias (STEDILE, 2005. p, 21)

[3] Os serviços subsidiários, prestados pelos camponeses aos donos de engenhos e latifundiários, eram também uma forma de garantir que o excedente de sua produção fosse comprado pelos engenhos. Ou seja, os camponeses precisavam dos donos de engenhos e latifundiários para escoar a sua produção enquanto que os engenhos e latifúndios precisavam dos serviços e mantimentos produzidos pelos camponeses.

com acesso parcial à terra e os meios de produção. Ou seja, se desenvolveu um campesinato que mesmo possuindo a terra como meio de produção, não dispõe de outros elementos essências para a manutenção do processo produtivo, há outros ainda, limitados pelo fato de possuir apenas o direito de uso e não de domínio da terra, convivendo com a insegurança de o “dono da terra” a qualquer momento regressará, realidade vivenciada por posseiros, parceiros, meeiros, outros.

A economia colonial brasileira se desenvolveu, segundo Nakatani e Faleiros (2012), em ciclos: o do extrativismo predatório do pau-brasil, o da cana de açúcar, o do ouro e do café, ainda que todas estas tenham entrado em crise, houve um processo de continuidade entre elas, inseridas no modelo agroexportador e na divisão internacional do trabalho. A economia brasileira sempre foi dependente das necessidades e determinações do mercado internacional, sem esquecer que a renda aqui produzida era direcionada para o mercado internacional. Segundo os autores ainda que no processo de independência se tenha construído espaços de decisão e representação política que defendiam os interesses das elites nacionais, o país permaneceu inserido na lógica de divisão internacional do trabalho, como agroexportador. “O fato é que essas economias permaneceram reflexas e dependentes dos impulsos advindos do mercado internacional e os fluxos de renda eram para lá direcionados nos quadros de um imperialismo informal” (NAKATANI E FALEIROS, 2012. p. 05).

Segundo Stedile (2005), havia um monopólio da propriedade da terra que era de domínio exclusivo da monarquia. Com o fim de implementar o modelo agroexportador e estimular os investimentos de capitais, por capitalistas individuais, na produção de mercadorias agrícolas para a exportação para a Europa, utilizava a concessão de uso com direito à herança, tendo como principal critério, “a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu” (STEDILE, 2005. p, 22). Esta forma de ordenar a posse da terra permaneceu até 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras do Brasil, que segundo Stedile (2005), foi o instrumento jurídico para transformar a terra em mercadoria, com preço atribuído. A Lei de Terras normatizou não só o mercado de terras, mas

também instituiu a propriedade privada da terra no Brasil, regularizou os latifúndios, e ela mesma sérvio de empecilho para que o conjunto de trabalhadores: os negros escravizados, que fugiam das fazendas, os imigrantes, entre outros se transformassem em camponeses proprietários de terras.

Com a crise do regime de trabalho escravo e a inevitável abolição da escravidão, que só ocorreram em 1888 com a promulgação da Lei Áurea, a Lei de Terras na verdade foi uma medida preventiva para impedir que os ex-escravos pudessem ter acesso à terra, a meios de produção e continuassem livres para no novo regime venderem a força de trabalho. Isso por que, uma das principais medidas da lei foi instituir o comercio da terra e só teria acesso a ela quem por ela pudesse pagar, isso tirou qualquer possibilidade dos ex-escravos e demais trabalhadores se tornarem donos de terras.

> A Lei de Terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para fazendeiros, para capitalistas. Nascia assim o latifúndio excludente e injusto socialmente. E os trabalhadores negros, impedidos de se transformarem em camponeses foram para as cidades (STEDILE, 2005. p, 284).

Para Nakatani e Faleiros (2012), a Lei de Terras não alterou de forma significativa a estrutura fundiária do Brasil, pois as terras que não foram declaradas como propriedades privadas, foram declaradas como devolutas, sobre o domínio do Estado brasileiro, e há fortes evidencias de que houve fraudes, títulos e documentos falsificados e alterações topográficas, beneficiando os grandes latifúndios.

Para os autores, o objetivo principal da Lei de Terras era de forma legal impedir que os negros supostamente livres com o fim da escravidão tivessem acesso à terra, “antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra” (NAKATANI E FALEIROS, 2012, p. 06).

Antes mesmo da promulgação da Lei de Terras em 1850, o Brasil já havia consolidado sua inserção, como agroexportador, no sistema capitalista internacional. Foi a partir de 1830 que o país se insere no mercado mundial, com a produção do café, concentrada na região sudeste (Espírito Santo, Minas

Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Para os autores, a grande extensão de fronteira agrícola e o bom desempenho do preço do café no mercado internacional, foram os principais elementos que atraiu o capital mercantil, (sobre tudo inglês). Nesse período ocorreu o que os autores chamaram de incorporação da economia brasileira ao mercado internacional, que se deu “via o financiamento de ferrovias, serviços de utilidade pública e de indústrias ligadas ao beneficiamento do café” (NAKATANI E FALEIROS, 2012, p. 06).

Com a crise do sistema escravocrata, as pressões externas e as lutas internas contra a escravidão, tornou a inserção de outro tipo de força de trabalho algo inevitável. Foi à produção do café que inaugurou a inserção de força de trabalho não escrava. “Necessitando de "braços para a lavoura", os governos provinciais, e, posteriormente estaduais, colocaram em prática políticas de subsídio à imigração de europeus, notadamente italianos” (NAKATANI E FALEIROS, 2012, p. 06), em certa medida essa imigração, foi também, uma forma de colonização do território brasileiro. Essa forma de colonização adotada pelo governo do Brasil, ainda que, algumas experiências no Sul do país tenha favorecido a formação de um campesinato, essa não fazia parte do projeto de ocupação do território. A grande preocupação, nesse momento, era atender à necessidade das grandes unidades produtoras de café, com o suprimento de força de trabalho, para avançar na ocupação da fronteira agrícola.

Assim, como em outros ciclos produtivos, a agroexportação do café, ainda que de forma casual, possibilitou que em algumas regiões se formasse um campesinato, estruturado em pequenas glebas de terra ocupadas com uma produção diversificada, para o suprimento dos mercados internos de alimentos, vale salientar que, esses camponeses nunca chegaram a adentrar e adquirir expressão no mercado internacional. Isso porque, o complexo econômico da região Sudeste, baseado na exportação do café sempre foi a prioridade para as políticas governamentais.

Com a crise de 1929 e a revolução de 1930, houve uma estagnação na exportação do café e que mudou totalmente a configuração da economia brasileira. A economia do país que sempre esteve em alguma medida, orientada pela demanda internacional, ver-se obrigada a reorganizar a

dinâmica da política econômica. A crise afetou não só a agroexportação, mas também a indústria, que por sua vez estava intrinsecamente ligada à produção, beneficiamento e transporte do café.

O processo de industrialização brasileiro, a partir da década de 1930, adquire uma nova dinâmica, com a crise no mercado mundial, precisava agora orientar-se pelas demandas internas. Segundo, Nakatani e Faleiros (2012), no período de 1933 a 1955, a indústria vivenciou o que se chamou de industrialização restringida, isso porque, a capacidade da importação foi reduzida, em função das guerras e dos baixos preços das exportações nacionais. Em um esforço para assegurar um bom desempenho da indústria e para superar ou minimizar os problemas econômicos, o governo brasileiro, adotou algumas medidas para o setor da indústria: sobreutilizou a capacidade instalada, ampliou a jornada de trabalho e substituiu as importações.

Em um empenho do Estado em transformar a indústria capitalista, o setor da economia mais rentável, segundo os autores, se reduziu consideravelmente o controle sobre os salários urbanos e sobre os preços dos produtos agrícolas, deprimindo-os e impôs taxas de juros mais elevadas para o campo. Essas medidas retiraram da agroexportação, o titulo de ramo mais rentável da economia do país. Para os autores esse foi um “mecanismo de transferência de capitais” do setor agrícola para a indústria. Além de provocar uma estagnação na atividade agrícola, as medidas adotadas para impulsionas o desenvolvimento da indústria, desencadeou no século XX um intenso processo migratório campo-cidade, oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com destino ao Rio de Janeiro, São Paulo e a outras capitais dos Estados da região Sul, formando assim um exercito industrial de reserva, que pressionou os salários para baixo.

Vale ressaltar, que mesmo no processo de industrialização do Brasil, o tema da reforma agrária nunca entrou na pauta dos governos, nem mesmo o fato de a estrutura de produção agropecuária se estrutura em bases latifundiárias e arcaicas, não despertou na burguesia industrial, o desejo de realizar uma reforma agrária, como ocorreu em alguns exemplos clássicos. Somente nos anos 1950/1960, é que as forças sociais e populares, com intensas lutas colocam a necessidade e a urgência da reforma agrária em

evidencia. O que se observa no desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, é que a indústria nunca foi antagônica à agropecuária, muito pelo contrario, sempre foram complementares uma à outra. Ou seja, a indústria sempre teve um pé no latifúndio, e o latifúndio sempre deu suporte ao desenvolvimento industrial.

Segundo Delgado (2010), no cenário econômico e político brasileiro no inicio dos anos 1960, havia quatro linhas teóricas acerca da reforma agrária, sendo elas: a do Partido Comunista Brasileiro (PCB); a de setores reformistas da Igreja Católica; a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e a de um grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP), liderado pelo professor Antônio Delfim Neto. O PCB, a Igreja Católica e a CEPAL defendiam a realização de uma reforma agrária, porém os economistas da USP defendiam que a estrutura fundiária não caracterizava um problema para o desenvolvimento do país, para tanto não seria necessário a realização da reforma agrária.

> Os economistas da USP derrubam o argumento da CEPAL, demonstrando com estudos estatísticos que a oferta agrícola responde às pressões da demanda. Daí deriva a conclusão de que a estrutura agrária não é o grande obstáculo à produção rural (Delfim Neto, 1963). Essa posição tecnocrática vale ressaltar, desconsidera as questões ético-sociais presentes na Doutrina Social da Igreja, ou mesmo na visão humanista de Caio Prado Jr (DELGADO, 2010. p, 84).

Com o golpe militar de 1964, se impôs pela força e de forma gradual a tese de Delfim Neto de “modernização da agricultura sem reforma agrária” (DELGADO, 2010, p, 84). Ou seja, fazer mudanças na agricultura sem mexer na estrutura fundiária, modernizar com a incorporação de tecnologia da indústria mantendo a velha estrutura do latifúndio e da concentração de terras. Segundo Delgado (2010), Delfim Neto defendia que a modernização técnica e expansão do setor agrícola teria uma ordem de prioridade, sendo ela: a) qualificação técnica da mão de obra; b) elevação do nível de mecanização; c) ampliação do nível de utilização de adubos químicos e d) a construção de uma estrutura agrária eficiente.

O processo de modernização da agricultura no Brasil foi gestado, a partir do golpe militar de 1964, um período histórico, em que o pensamento

econômico hegemônico, segundo Delgado (2010) - era o pensamento funcionalista norte-americano, que concebia a agricultura e desenvolvimento econômico, com papeis clássicos, com funções objetivamente pré-definidas: “liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2001, p.162).

O latifúndio, institucionalizado com a Lei de Terras, e que sempre foi o suporte para a formação das oligarquias agrárias, permanece ainda hoje sendo a base para o desenvolvimento do capital monopolista no campo, agora não mais como um proprietário isolado, mas, como indústria agrícola totalmente dependente do mercado mundial e internamente permaneceu subsidiaria à indústria com a produção de bens alimentícios e matérias-primas e como consumidora de tecnologias, maquinas e equipamentos da indústria especializada. Com o processo de modernização da agricultura não se altera a estrutura fundiária, pelo contrario, se intensifica os processo de concentração e centralização da propriedade da terra e dos demais meios de produção, construindo os monopólios. Segundo, Nakatani e Faleiros (2012), mesmo se modernizando a agricultura capitalista continua utilizando praticas comuns à acumulação primitiva, e que estas são inerentes ao próprio modo de produção capitalista.

O processo de modernização técnica da agricultura e sua integração com a indústria, segundo Delgado (2010), é marcado pela mudança da base técnica dos meios de produção empregados na agricultura, vista aqui como a ampliação do uso de insumos industriais (fertilizantes, corretivos de solos, defensivos, sementes melhoradas e combustíveis líquidos) e a inserção de maquinas industrial (tratores, colheitadeiras, equipamentos de irrigação entre outros implementos). Assim como também houve uma integração, ainda que em diversos níveis, entre a “produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais”, (DELGADO, 2010 p. 85), a exemplo, as oleaginosas (soja), os moinhos, as indústrias sucroalcooleiras (açúcar e álcool), a celulose (papel e papelão), o fumo, têxtil e bebidas, esse irão convergir no bloco de capitais que formarão o chamado agronegócio e que dominara a política agrícola do Estado. É importante ressaltar que o capital no campo

sempre contou com o apoio incondicional do Estado, criando linhas de financiamento especiais à produção agrícola; transformando as demandas dos setores produtivos em programas e projetos setoriais; incentivos e isenções fiscais; construções de infraestruturas.

No período histórico de 1965 a 1982 constituiu-se o que Delgado (2010) chamou de "idade de ouro" em que, sob forte financiamento do setor público, se desenvolveu uma agricultura capitalista em perfeita integração com a economia industrial urbana e com outros setores do capital, ainda que tenha mantido sua matriz agrária. No contexto da modernização conservadora da agricultura, e seu papel no desenvolvimento econômico, em relação às primeiras décadas da industrialização, "aparentemente as "funções de transferências de recursos" e renda do setor agrícola para o setor industrial já não mais se adequavam às novas necessidades da acumulação de capital" (DELGADO, 2001 p.164).

A partir de 1967 com o governo de Castelo Branco e com Delfim Neto como Ministro da Fazendo, o Sistema Nacional de Credito Rural[4], reordena as políticas agrícolas dos institutos representativos dos produtores organizados a partir dos produtos (açúcar, café, trigo e cacau) e fortalece as "estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor" (DELGADO, 2010 p. 88), para além de estruturar a produção agropecuária tal medida tinha o objetivo de se contrapor ao Estatuto da Terra[5]. Esta política foi conduzida pela concepção de "planejamento induzido" dos mercados de produtos oriundos da agricultura, por meio da "desoneração dos riscos estruturais – de produção e de preços – do processo produtivo privado" (DELGADO, 2010 p. 88).

> Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da "revolução verde", então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando à adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras (DELGADO, 2010 p. 88).

---

[4] O Sistema Nacional de Crédito Rural foi criado em 1967, pelo Ministério da Fazenda Delfim Neto, como principal instrumento de fomento à produção agropecuária. Cf. Delgado (2010).

[5] Lei editada pelos militares em 1964, que tratava da reforma agrária. "Essa foi a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil. O objetivo do governo não era aplicar a lei, mas, sim, controlar os conflitos por terra" (FERNANDES, 2010. p,163)

A modernização da agricultura não só manteve, com também ampliou a heterogeneidade da agricultura no país, do ponto de vista técnico, social e regional. Segundo Delgado (2010), os resultados do processo de modernização se concentram nas regiões sul e sudeste e nas regiões da fronteira agrícola[6] e voltavam-se a atender determinados setores produtivos. A agricultura camponesa esteve fora desse projeto. Enquanto que nas regiões Norte e Nordeste os resultados da modernização técnica, foram residuais, continuando os complexos industriais funcionando de forma arcaica e as comunidades camponesas totalmente desestruturadas. Para o autor, reside ai o seu caráter conservador, ainda que o objetivo do pacto agrário tenha sido para modernizar tecnicamente o setor manteve-se socialmente conservador, "em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial" e ao capital comercial (DELGADO, 2010 p. 88).

Em síntese, a modernização da agricultura foi gestada no período da ditadura militar de 1964, com hegemonia do pensamento econômico funcionalista norte-americano, que concebia a agricultura como uma atividade econômica que tinha a função de dar suporte à produção industrial. Com o golpe militar de 1964 e a derrota dos setores que no período anterior defendiam um processo amplo de reforma agrária, a modernização da agricultura foi imposta à força, sem que se realizasse a reforma agrária. Isso caracterizou uma modernização conservadora em que se qualifica tecnicamente a produção agrícola com a inserção de tecnologias (maquinas, insumos químicos, equipamento para irrigação e implementos), sem alterar a estrutura arcaica fundiária dos latifúndios oligárquicos. Tal processo foi altamente subvencionado pelo Estado, por meio dos sistemas de créditos, com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma agricultura integrada à indústria e a outros setores do capital externo, mantendo sua matriz agrária.

---

[6] **Fronteira agrícola** é a área mapeada e definida para o avanço da produção capitalista no campo, sobre o meio ambiente, terras agricultaveis e terras de camponeses. A fronteira agrícola está sempre gerida pelas necesidades do mercado internacional, e sempre contou com volumosos incentivos do Estado.

A modernização conservadora aprofundou e ampliou as desigualdades na agricultura do Brasil, do ponto de vista técnico, social e regional. Primeiro, porque a tecnificação não alcançou todos os setores produtivos da agricultura, coexistindo em alguns setores as mais avançadas tecnologias combinando com as velhas práticas e estruturas arcaicas; segundo, os resultados da modernização não foram socializados com o conjunto da sociedade, pelo contrário houve maior concentração da propriedade da terra e das condições de produção e regionalmente se concentrou na fronteira agrícola do período (regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste) enquanto que o Norte e Nordeste permaneceram com a mesma estrutura arcaica e deficiente, servindo apenas para o fornecimento de força de trabalho para as demais regiões.

O processo de modernização conservadora da agricultura consistiu basicamente quatro ações: qualificar tecnicamente a força de trabalho; elevar o nível de mecanização da produção; ampliar a utilização de insumos químicos e construir uma estrutura agrária eficiente capaz de dar conta da função de transferir renda do setor agrário para o setor industrial urbano e que atendesse às necessidades da acumulação do capital externo.

Para Delgado (2001), desde a década de 1930 foi sendo construído um aparato estatal de intervenção no desenvolvimento e modernização conservadora do setor rural e que foi “fortemente reciclado” pela ditadura militar, porém, com o fim do regime militar e crise econômica mundial o modelo de modernização conservadora entra em profunda crise final da década de 1970 e inicio da década de 1980, já não é mais o “projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária” (DELGADO, 2001. p, 09). Para o autor, o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira completou um ciclo entre os anos 1965 e 1981.

> A partir do início da década de 1980, a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo (DELGADO, 2010. p, 89).

Para Nakatani e Faleiros (2012), no contexto estagnação e esgotamento do modelo brasileiro para desenvolver a agricultura e de crise da divida, a

grande agricultura vai cumprir o papel de gerar saldos comerciais, como medida para gerir a crise de dependência externa. Segundo os autores, os saldos gerados na década de 1980, foram destinados ao pagamento e rolagem da divida externa.

> Esses saldos, durante a década de 1980, foram destinados ao pagamento e rolagem do endividamento externo, estratégia que englobava não só a expansão do latifúndio e da produção especializada voltada para a exportação, mas uma restrição violenta nas importações, num típico ajuste recessivo-periférico (NAKATANI e FALEIROS. 2012. p, 11)).

O fato é que desse processo todo de constrangimento da exploração capitalista no campo, na década de 1990, o setor agrícola brasileiro mais uma vez se ajusta aos interesses da grande indústria, implementando um novo modelo de desenvolvimento agrícola, o agronegócio, sem alterar em nada a velha estrutura fundiária, obtendo relevantes índices de produtividade, “a típica capacidade brasileira de crescer economicamente sem realizar reformas” (NAKATANI e FALEIROS, 2012. p, 11-12).

1.3 O agronegócio

O processo de transição da modernização conservadora da agricultura para o que é chamado de agronegócio foi conduzido pela ideologia liberal, que creditou ao mercado total autonomia sobre a agricultura, ficando fora de qualquer regulação do estado e sob o controle do grande capital externo. O processo de transição da modernização conservadora para o padrão do capital agronegócio, segundo Delgado (2001), foi impulsionado pelo regime de liberalização comercial dos anos 90, foi marcada por um processo de desmontagem dos aparatos de intervenções no setor rural, construído desde a era Vargas e reformulados nos governos militares.

> A transição do padrão da “modernização conservadora” ao regime da liberalização comercial dos anos 90 é mediada por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar (DELGADO, 2001 p.166).

O termo agronegócio é uma referência à noção norte americano *agribusiness,* desenvolvido pelos intelectuais dos Estados Unidos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, (Medeiros e Leite, 2012). Uma espécie de tradução abrasileirada o termo agronegócio envolve em seu conjunto as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) estabelecidas entre o setor agropecuário e o industrial (de produtos destinados à agricultura e de processamento de produtos oriundos da agricultura), comercial e de serviços. Dentro da estratégia do estado de modernizar e industrializar a agricultura do país, o agribusiness foi introduzido no Brasil e se intensificou na década de 1970 "traduzido inicialmente pelas expressões agroindústria e complexo agroindustrial" (MEDEIROS E LEITE, 2012, p 81). Na década de 1990, o conceito de *agribusiness* ganha espaço no cenário agrícola nacional, só a partir dos anos 2000 que o termo agronegócio foi se generalizando, nos espaços acadêmicos, comunicação, políticas e no senso comum, para expressar o conjunto de atividades que envolvem a produção, beneficiamento/processamento e distribuição dos produtos oriundos da agropecuária (Medeiros e Leite, 2012). O agronegócio nada mais é do que a reestruturação e reafirmação de "uma estrutura anterior em processo de adaptação às novas condições" (DELGADO, 2013 p. 62) do estagio de desenvolvimento do capital no campo. A economia do agronegócio é em sua forma empírica "um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura, alavancado pelo sistema de credito público e pela renda fundiária (mercado de terras)" (DELGADO, 2013 p. 62).

Segundo Delgado (2013), a existência da economia do agronegócio é dependente da "ação concertada do Estado" (DELGADO, 2013 p. 62), ou seja, sem as condições criadas pelo Estado a economia do agronegócio não existiria, e isso se comprova quando verificamos que historicamente o agronegócio vem se desenvolvendo desde o período da ditadura militar articulada com os tecnocratas da modernização conservadora,

> Que esculpiram a partir de 1964, particularmente desde 1967, um Sistema Nacional de Credito Rural e um mercado de terras completamente desregulado do Estatuto da Terra (Lei 4504/dez de 1964) e do Código Florestal (Lei n. 4771/ de set de1965) (DELGADO, 2013 p. 62).

Ainda que tenha havido elementos de continuação do processo de modernização da agricultura e qualificada com os complexos agroindustriais, o agronegócio intensifica o processo de tecnificação da produção, com uma particularidade em relação aos dois momentos anteriores, a produção para exportação tem maior ênfase.

> A integração agricultura–indústria não era o maior destaque que se dava à "agricultura moderna" tal como formulada nos anos 1970. O gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de "agronegócio". Mesmo que a grande propriedade territorial esteja associada às três formas, na segunda, ela é vinculada às práticas de "integração" que envolvem também pequenos produtores; e na terceira, mesmo que as grandes propriedades sejam uma marca das atividades rurais do "agronegócio", a referência à propriedade territorial desaparece das formulações de seus técnicos (MEDEIROS e LEITE, 2012, p 82).

Segundo os autores, Heredia, Palmeiras e Leite (2010), o termo agronegócio seria uma radicalização do processo de integração da agricultura com a indústria, em que a agricultura, propriamente dita perde espaço para a indústria que é entendida não apena como a planta industrial local, mas sim, todo o complexo de atividades do grupo que a controla e os métodos de gerenciamento do negocio agrícola (Heredia, 2010). Pra Delgado (2010) o agronegócio na versão brasileira é uma associação do grande capital agroindustrial e o grande latifúndio.

> Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2010 p. 113).

Para melhor compreender a emergência e expansão do termo agronegócio nos anos 1990 "como dimensões que extrapolam o mero crescimento agrícola/agroindustrial e o simples aumento da produtividade física dos setores envolvidos na cadeia de produtos e atividades" (MEDEIROS e LEITE, 2012 p 83), é preciso antes o esforço de compreender os processos sociais, econômicos, políticos e institucionais, que em certa medida

influenciaram no movimento de expansão e sem desconsiderar as suas contradições e o conjunto de situações sociais e atividades que não são representadas e contempladas pelo termo, a exemplo dos camponeses e agricultores familiares, os assentados da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fechos e fundos de pastos etc.). Estes são interpretados pelos setores mais conservadores como um obstáculo, arcaico, "como portadoras de experiências obsoletas, num meio rural cada vez mais industrializado" (MEDEIROS e LEITE, 2012 P 83).

A partir da década de 1990, em que o neoliberalismo adquire hegemonia política, a história rural vivencia o que Teixeira (2013), chama de "divisor de águas", marcada pela retirada do Estado da regulação da economia agrícola nacional. Para Delgado (2010), a crise de liquides internacional que afetou a economia brasileira nos anos 1998, provocou uma fuga de capitais forçando uma mudança no sistema cambial. A partir daí se alterou também a política de ajuste externo forçando o país a recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde então a política de comércio exterior do segundo governo de FHC, passou a perseguir a estratégia de "gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo, tendo em vista suprir o déficit da Conta Corrente" (DELGADO, 2010 p. 113). Como ocorrera na crise de 1982, os setores primários exportadores (Delgado, 2010), foram requisitados para gerar saldos comerciais. Neste caso é a agricultura capitalista, autoidentificada como agronegócio que entra em cena como prioridade na pauta política da macroeconômica externa e da política agrícola interna.

O governo do presidente FHC em seu segundo mandato 1998-2002, conforme Delgado (2010), relançou o agronegócio, como uma política estruturada composta por algumas ações que desencadeavam em: a) um planejamento de investimentos em infraestrutura territorial, focado no desenvolvimento, e na "criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transportes e corredores comerciais ao agronegócio" (DELGADO, 2010 p. 114); b) direcionamento das instituições publicas de pesquisa (EMBRAPA) a operar em função dos interesses das transnacionais do agronegócio; c) uma flexibilização no controle do mercado de terras, tirando do controle público as terras devolutas e as que não cumprem a

função social; d) mudança da política cambial, com medidas que desvalorizou a moeda nacional para tornar a economia do agronegócio competitiva no comércio internacional e casar com a estratégia de ajustamento macroeconômico; e) retoma a previsão nos Planos Safras do crédito rural, tendo como primeiro programa a modernização da frota agrícola.

Para Delgado (2010) o relançamento do agronegócio no mercado mundial encontrou boa receptividade, sobretudo, nas agroexportações das *commodities* de grãos (soja e milho), açúcar e álcool, carnes (ave e bovina) e celulose de madeira, que junto com os minérios passaram controlar a pauta de exportações brasileira nos anos de 2003 a 2010. Com isso o Brasil passa a ter como carro chefe da economia, a exportação de produtos primários e semimanufaturados com uma elevação dos números de exportações. Em contraposição houve no mesmo período um decréscimo grandioso nas exportações de produtos manufaturados e elevação das importações de produtos industrializados, ou seja, é como se tivéssemos vendendo a matéria-prima para ser produzido o produto no exterior que nos venderia o produto já beneficiado, e isso gera um desequilíbrio entre o valor dos produtos primários que vendemos e o produto final manufaturado que compramos.

O bom desempenho do agronegócio nas exportações deve-se em parte ao subsidio do Estado, mas também, vale salientar que o aumento da produtividade, não deve ser creditado à capacidade e eficiência do agronegócio, existem outros elementos que foram determinantes no período, como por exemplo:

> O deslocamento da fronteira agrícola das áreas de colonização antiga, para o Centro-Oeste, em especial, possibilitado por variedades adaptadas a latitudes mais setentrionais e pelo plantio direto, por exemplo, que substituiu a aração por 'montanhas' de agrotóxicos, resultou em ganhos de produtividade para algumas culturas (TEIXEIRA, 2013, p 16-17).

Porém, o deslocamento dessas fronteiras agrícolas, são soluções de curto prazo, e assim como já ocorreu em áreas exploradas anteriormente, essas terras estão condenadas ao esgotamento tanto da sua fertilidade dos solos quanto de outros recursos naturais, a exemplo da água, da fauna e da

flora, tanto com a superexploração dos recursos da natureza, quanto com o uso abusivo de agrotóxicos para manter os índices de produtividade.

Com o relançamento do capital agronegócio nos anos 2000, de acordo com Delgado (2010), o que vem à cena da economia política nacional é os complexos agroindustriais associados à grande propriedade fundiária e algumas políticas de Estado, viabilizando um projeto de acumulação de capitais, que tem como principal mecanismo “a captura da renda da terra juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio” (DELGADO, 2010 p. 117). Na atualidade, no Brasil e em outros países da América do Sul, vivencia-se um processo de “tomada das terras” (Teixeira, 2013), pelo capital internacional, sobretudo o capital financeiro, em que a posse da terra ganha relevância para acumulação capitalista no campo.

1.4 O Estado como provedor do desenvolvimento do agronegócio no Brasil

O Estado sempre foi protagonista nos processos que se desencadearam no campo, como se afirmou anteriormente. A Modernização Conservadora, a partir da década de 60, foi capitaneada pelo Estado o que possibilitou a modernização técnica da agricultura. Essa dedicação se explicita, com a criação de um amplo sistema de financiamento, subsídios, incentivos fiscais, falta de controle do mercado de terras e das legislações ambientais, medidas que foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura moderna. Vale ressaltar que a função do Estado de gerente dos interesses do grande capital, não se limitou à Modernização Conservadora, pelo contrario, essa função é requalificada, aperfeiçoada e aprofundada.

Dentro da estratégia de subvencionar o desenvolvimento da agropecuária, ainda em final da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988 e posteriormente a Lei nº 7.827, de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal, se institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste – FCO, e finalmente, a partir da década de 1990, institucionalizaram os financiamentos públicos às empresas privadas. Os Fundos Constitucionais de

Financiamentos “passaram a injetar volumes substancias de recursos, no financiamento da agricultura, nas respectivas regiões” (TEIXEIRA, 2013, p 22). No que se refere ao setor agrário, varias outras ações foram realizadas no sentido de fortalecer a estratégia do capital, materializado pelo agronegócio. Pode-se, citar algumas medidas consideradas como de maior relevância, bem como: a criação e ou mudanças de legislações ambientais e de biossegurança, a exemplo da Medida Provisória nº 113/2003, que iniciou a ‘legalização’ do plantio da soja transgênica e a Lei de Biossegurança nº 11.105/2005, que tratava da liberação dos OGMs (organismos geneticamente modificados) na agricultura; a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, que nada mais é do que uma comissão para “defesa dos grande laboratórios da química/biotecnologias que controlam as sementes e os agrotóxicos” (TEIXEIRA, 2013 p. 23); mudanças nas legislações sanitárias, nas regras de ocupação do território nacional e nas tributações, a exemplo da Lei nº 8.661/93, que permite a aplicação de 8% do imposto de renda em debito, para aplicação em pesquisa; facilitação do financiamento de empresas privadas com recursos públicos, financiamento público e coofinanciamento em pesquisas de interesse das empresas privadas, construção de infraestrutura para atender as necessidades do grande capital (construções de estradas, ferrovias, hidrovias, barragens, hidroelétricas, termoelétricas, parques eólicos, portos, aeroportos (com capacidade para aviões cargueiros) etc.).

A partir destas medidas, no Brasil abriram-se as portas para a liberação dos transgênicos: doze variedades de algodão, resistentes à herbicida; vinte variedades de milho, resistentes à herbicida e algumas variedades também resistentes à insetos; cinco variedades de soja, tolerante à herbicida, todas essas desenvolvidas por empresas transnacionais destacando-se a Monsanto[7]

---

[7] A Companhia Monsanto é uma empresa transnacional do agronegócio e da biotecnologia, tem sua sede nos Estados Unidos, é a líder mundial na produção do herbicida glifosato, lidera a produção de sementes geneticamente modificadas (transgênicos), controla 70% a 100% do mercado. É detentora de empresas brasileiras do setor de sementes de milho (Agroeste Sementes), soja (Monsoy) de melhoramento genético de cana-de-açúcar (Cana Vialis) mais as empresas de sementes Paraná Sementes e a Agroceres. (Wikipédia, a enciclopédia livre. Acesso em 2015) É também a produtora o Ascarel (mais conhecido como agente laranja, muito utilizado na guerra do Vietnã , segundo informações do RAS algumas empresas produziam o ascarel, porém o produzido pela Monsanto se destacava por apresentar maior toxidade), hoje proibido no mundo, por provocar câncer e estavam relacionados com um conjunto de transtornos reprodutivos e imunológicos. Segundo a Rede de Agricultura Sustentável-RAS a Monsanto é uma das maiores poluidoras de lençóis freáticos e solos. (Rede de Agricultura Sustentável-RAS)

que não por acaso controla o mercado internacional de sementes e por ultimo uma variedade de feijão resistente ao vírus do mosaico dourado, desenvolvido pela EMBRAPA (Teixeira, 2013) estas são as que estão legalmente registradas, sem contar os contrabandos de sementes transgênicas, via fronteira com Argentina e os campos de experimentação clandestinos.

A década de 1990 foi marcante para a história da agricultura no Brasil, pois foi nesse período, não isolado do auge neoliberal que muitas medidas foram tomadas, bem como: o Acordo Agrícola da OMC, em que foram estabelecidas no país, sob pressões internacionais, leis em caráter de urgência como a lei de patentes (Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996) e a lei de cultivares (Lei no 9.456, de 1997). Segundo Teixeira (2013), estruturou um sistema de proteção de cultivares baseado no “reconhecimento do direito do melhorista”. Segundo o autor, a nova Lei “descartou a proteção das obtenções de vegetais por patentes” (TEIXEIRA, 2013. p, 19) propondo uma única forma de proteção para as obtenções vegetais, porem na pratica, a dupla proteção, continuou a serem cobrados dos agricultores os royalties e as taxas tecnológicas, por empresas como a Monsanto.

Depois dessas ações ocorreu um intenso processo de concentração e centralização de capitais no setor agropecuário, com as fusões incorporações e aquisições dos setores da química, da biotecnologia e das sementes, que passaram a ficar sobre o controle de transnacionais, “após essas legislações todas as principais empresas de sementes foram incorporadas por algumas grandes corporações da química e biotecnologia” (TEIXEIRA, 2013, p 19).

Mais do que nunca, o Estado brasileiro interviu de forma pesada em favor dos grandes monopólios do capital, sobretudo, o internacional alicerçado no agronegócio, passando por cima de interesses públicos. O governo FHC segundo Teixeira (2013), reclassificou os produtos agrotóxicos no Brasil que partir da necessidade, informações e pareceres das empresas interessadas e reduziu aleatoriamente os níveis de toxidade de venenos, muitos deles já proibidos em vários países. Essa medida foi mantida pelos governos de Lula e Dilma, elevando o país ao titulo de maior consumidor de agrotóxicos no mundo.

Como se não bastasse o Estado por meio de inúmeras medidas provisórias, decretos e leis, foram gradativamente estatizando as dividas contratadas pelos grandes agricultores, tanto os financiamentos bancários quanto as dividas junto às grandes empresas de insumos. “Ate o ano de 2003, praticamente somente os grandes produtores tiveram acesso a esses instrumentos via Securitização, PESA e RECOOP” (Teixeira, 2012. p, 21)[8].

Segundo dados do Ministério da Fazenda, em 2011 no Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, o volume das dividas de credito rural chegou a R$ 149.2 bilhões. Deste valor uma média de R$ 44 bilhões de reais, estava declarado como em atraso ou em prejuízo o que, segundo Teixeira (2012), equivale a 36% do PIB da agricultura brasileira naquele ano. Isso coloca em xeque o discurso de uma agricultura eficiente e produtiva. Esse forte incentivo estatal desconsidera outra grande contradição desse modelo que é sua insustentabilidade ambiental. Sua forma de produzir esgota solos, recursos hídricos, ameaça fauna e flora. Economicamente, ela não paga sua contas, permanece subsidiada pelo Estado seja pelo credito, pela isenção fiscal, pesquisas realizadas por instituições públicas (EMBRAPA e Universidades) e todo o suporte em infraestrutura. A partir de 2003, a EMBRAPA “passou a operar com base em ‘acordos de cooperação’ com as grandes corporações da química/biotecnologias nas áreas de OGMs e biotecnologias, em geral, sem garantia de transferência plena de tecnologias” (TEIXEIRA, 2013 p 23). Segundo Teixeira (2013) passou a haver estímulos bilionários através do BNDES com recursos do Tesouro nacional, para a constituição de empresas nacionais de “classe mundial”, explicito envolvimento do BNDES com empresas do agronegócio, o que contribuiu para a criação de monopólios em setores estratégicos e para a desnacionalização e concentração do setor sucroalcooleiro.

Nos dias atuais o agronegócio ganha novas configurações no cenário nacional com o controle de áreas territoriais cada vez maiores, com uma produção direcionada cada vez mais para mercado de exportação, os *commodities*, produção que se destina a exportação sem que haja nenhum

[8] Programas de Saneamento de Ativos (PESA) e Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias (RECOOP)

beneficiamento. Essas *commodities* são administradas pelas bolsas de valores internacionais o que intensifica a centralização e controle da atividade pelas grandes monopólios. O exemplo mais emblemático é a soja que por meio das fusões e aquisições, hoje a produção é controlada por cinco empresas (Cargil, ADM, Bunge, Dreyfus-Coinbra e Amaggi). Estas empresas em 2004 juntas alcançaram o numero de 30 (trinta) plantas industriais de esmagamento de grãos no país (Medeiros e Leite, 2012). Isso significa uma nova configuração regional, pois estes grupos buscam instalar-se próximo "às regiões produtoras, como é o caso do Mato Grosso e do Oeste baiano" em fase de expansão para os estados de Maranhão, Tocantins e Piauí.

> Esse processo de concentração é marcado também pela verticalização: os grandes grupos controlam hoje a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda. Sua estratégia é desenhada com base na sua dinâmica de inserção nos mercados internacionais" (MEDEIROS e LEITE, 2012 P 84).

Para Teixeira (2013), foi construída e estruturada uma complexa rede de proteção aos grandes proprietários de terra, composta por instrumentos e ações do governo federal e sustentada nas esferas estadual e municipal e é a que dá suporte à manutenção do quadro mostrado acima. Um dos exemplos mais emblemáticos desta estratégia é a manutenção da Medida Provisória nº 2.183/2001, que estabelece todas as permissões ao latifúndio e criminaliza à luta pela reforma agrária, os movimentos sociais do campo e suas lideranças. Em suma pode-se afirmar que o agronegócio tem sido sustentado com o apadrinhamento do Estado brasileiro, por meio de leis, jurisprudências, normas e investimentos bilionários, estas medidas em sua grande maioria ferem e negam direitos difusos, de minorias (com é o caso das comunidades tradicionais) princípios democráticos e garantias trabalhistas.

Desde a década de 1990 que se impôs e se generalizou o uso do termo agronegócio, segundo Medeiros e Leite (2012), os esforços tem sido no sentido de associar o termo cada vez mais ao desempenho econômico e à simbologia política e mascara e esconde as relações sociais que fazem parte da sua dinâmica e da sua reprodução enquanto modo de produção, uma vez que, ainda sendo altamente tecnificada se utiliza de práticas ultrapassadas e

arcaicas - a exemplo do trabalho análogo à escravidão e a “grilagem de terras de posseiros” ainda muito comum nos dias atuais.

Outro aspecto levantado por Medeiros e Leite (2012), é a estratégia de expansão do agronegócio no Brasil que está intrinsecamente ligada à disponibilidade de terras. Para atender às demandas das empresas do setor é necessário dispor de uma quantia de terra para produzir e um estoque considerável para a expansão, além de servirem como garantias em empréstimos bancários ou com áreas de compensações ambientais. Isso tem provocado um aumento da especulação da terra, elevando consideravelmente os preços nas regiões onde o agronegócio já se consolidou, bem como, nas áreas em que estão na projeção de expansão do agronegócio, como é o caso do Mato Grosso, Extremo Oeste Baiano, Ocidental do Tocantins, Norte Maranhense, Oeste Maranhense, Centro Maranhense, Leste Maranhense, Sul Maranhense, Sudoeste Piauiense, Vale São Franciscano da Bahia, sobretudo depois do anúncio da presidenta Dilma que define o que chamou de MATOPIBA tema desse trabalho. Esse projeto abrange áreas majoritariamente de cerrado (com grande potencial hídrico e solos com características que facilitam a mecanização) como área prioritária de investimentos dos recursos do PAC para a expansão da agricultura empresarial, o agronegócio.

Essa necessidade permanente do agronegócio de controlar novas terras tem sido debatida intensamente no Congresso Nacional, o debate tem girado em torno de:

> Medidas que possam regular e colocar limites ao uso da terra. Isso se aplica tanto ao interior das unidades produtivas (matas ciliares, áreas de preservação, por exemplo, e que foram o centro dos debates em torno do Código Florestal) quanto fora delas (expansão de áreas indígenas, reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, delimitação de reservas, controle das terras pelo capital estrangeiro etc.) (MEDEIROS e LEITE, 2012, p 85).

É no bojo da necessidade de ampliação do controle de maiores extensões de terras por parte do agronegócio que os temas tais como: a atualização dos índices de produtividade da agropecuária, a segurança alimentar e nutricional, a soberania alimentar e genética e a defesa das

sementes crioulas são negligenciados e, portanto, não entram nas pautas do legislativo e menos ainda do executivo.

Para Medeiros e Leite (2012), o sentido político do agronegócio está relacionado tanto com a precisão da imagem quanto com a sua redefinição, uma tentativa de passar uma imagem de um setor moderno, dinâmico, que leva o desenvolvimento, produtivo para o país e romper com a visão de um setor:

> Tratava-se de produzir a percepção do setor como dinâmico, moderno, produtor de divisas para o país, sustentáculo do desenvolvimento. Com isso, esperava-se romper com a imagem do estritamente agrícola e da propriedade latifundiária, e com os estigmas a ela relacionados – atraso tecnológico, improdutividade, exploração do trabalho (MEDEIROS e LEITE, 2012, p 85).

A tentativa de construir uma boa imagem perante a opinião pública e a disputa que o tamanho do agronegócio tem na economia brasileira, seus defensores têm divulgado números e argumentações, que são questionáveis desde a metodologia utilizadas nas pesquisas, quando os dados e até mesmo da sua capacidade de dar respostas às necessidades do país. Isso se revelou de forma mais explicita com a divulgação do Censo Agropecuário de 2006 divulgado só em 2010 que forneceu argumentos para questionar o agronegócio nos seguintes aspectos: ocupação de terras em comparação ao numero de proprietários, revelando a concentração de terras; eficiência de produção de alimentos por área ocupada; ocupação de força de trabalho, em proporção ao tamanho da área e aqui vale salientar que a mecanização reduziu drasticamente os postos de emprego. Este setor mantém ainda a necessidade de trabalho braçal, consolidando desta forma um mercado de trabalho que é composto por trabalhadores temporários, que não gozam de direitos trabalhistas e trabalhadores permanentes, que ainda mentem alguns direitos. A diversidade produtiva da agricultura familiar se mostrou mais eficiente, pois mesmo ocupando uma menor área, produz maior diversidade de alimentos e ocupa quantidade maior de força de trabalho ao mesmo tempo em que contribui para a desconcentração da terra.

Atribuir um peso e tamanho maior para o agronegócio faz parte da estratégia de legitimação e de disputa por recursos públicos, “a dimensão simbólica construída pelo setor faz que se acredite num tamanho e numa

dimensão muito maiores do que o segmento efetivamente representa, quer em termos econômicos” (SILVA apud Medeiros e Leite 2012). Porém em termos políticos o quadro é diferente dos momentos anteriores, basta olharmos para a configuração do Congresso Nacional e o crescimento expressivo da Bancada Ruralista. Não podemos esquecer ainda de mencionar as instituições que disseminaram e falam em nome do agronegócio, como é o caso da Frente Ampla da Agricultura Brasileira (FAAB), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), as diversas associações de produtores como: a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (ABRASOJA), a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), a União Brasileira de Avicultura (UBA), União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE).

Todas estas organizações formam uma rede solida de proteção e disseminação dos interesses do agronegócio, que atua tanto no controle do Estado e de todo seu aparato, quanto na relação com a sociedade como um todo, em uma estratégia de marketing para ganhar a adesão social para o seu projeto de dominação dos recursos naturais, dos povos, meios de produção e riquezas produzidas.

2. CAPITULO - FORMAÇÃO ECONOMICA DA REGIÃO NORDESTE

2.1 O desenvolvimento das principais atividades econômicas

Este segundo capitulo, traz alguns elementos do processo de desenvolvimento econômico e social da região Nordeste, território onde está sendo implantada a maior parte das ações para a expansão da nova fronteira agrícola do país, que veremos com mais detalhes no terceiro capitulo. Compreender as determinações históricas do processo de formação socioeconômica e sua estrutura contemporânea e imprescindível para o processo investigativo, pois incide diretamente na forma como o Agronegócio se desenvolve na região onde está sendo implantado o MATOPIBA, objeto deste estudo. Antes de adentrarmos nos elementos centrais desta reflexão, vale ressaltar que o conceito de região aqui adotado é baseado no que Oliveira (1981) definiu como geográfico, que incorpora formação socioeconômica e histórica e abrange um determinado espaço com características semelhantes. Para Oliveira (1981), a região como espaço econômico nasceu ou foi inserida na divisão internacional do trabalho sob o jugo das leis do capitalismo mercantil, como produtores de bens e reservas de acumulação primitiva, e que continuam ainda nos dias de hoje, subordinados à divisão internacional do trabalho, agora sob o domínio do capitalismo imperialista. Portanto se concebe a região como sendo o resultado da formação social e histórica. Segundo o autor, essas regiões que se formam inseridas no comercio internacional e tem como sua lei principal a lei do mercado, continuam criando formas de reprodução do valor muito diferenciadas umas das outras. Isso ocorre nas regiões constituídas em nosso país, cuja articulação entre si são muito precárias, propicia que dentro da divisão regional do trabalho, se constituam grandes lacunas sociais e econômicas.

A origem desse processo ocorre no início da colonização. A relação estabelecida entre Metrópole e Colônia propiciou a criação do que Oliveira (1981) chamou de “arquipélagos” da história econômica nacional na produção de base escravocrata, não só dentro do Nordeste, mas, em relação a toda a Colônia. Para Oliveira (1981) a relação espoliadora entre a metrópole e a

colônia poderia ser geral no território, porém, os níveis de desenvolvimento das forças produtivas eram desiguais em cada uma das regiões o que acentuou a desigualdade no que passou a se constituir a região Nordeste. A relação metrópole-colônia, com as desigualdades de desenvolvimento das forças produtivas, “começaram a engendrar *novas formas* de capital no interior de cada uma das "regiões"” (OLIVEIRA, 1981. p, 34). Com isso se formava uma nova hegemonia do capitalismo mercantil no interior das regiões e que se desenvolviam independentes e isoladas das demais regiões. A região em que se desenvolveu a cultura do café se igualou com o que hoje é a região sudeste e se diferenciando e distanciando da região açucareira do Nordeste, excluindo esta ultima “dos novos circuitos de produção e apropriação do valor gerado pela mercadoria café” (OLIVEIRA, 1981. p, 35). Na competição do capital imperialista, a economia do Nordeste açucareiro deixou de ter relevância, pois, não conseguia ser realizada por meio do comercio internacional, conforme Oliveira (1981), em seu lugar vai ganhando espaço a produção de algodão e pecuária, financiada pelo capital internacional totalmente subordinada à suas regras.

Essa apropriação pelo capital internacional se concentrou na esfera da circulação das mercadorias, conseguindo assim compatibilizar os produtores de café da região sudeste e os produtores de algodão e pecuária do Nordeste, sendo muito útil à política econômica do Segundo Império e da Republica Velha, que segundo Oliveira (1981) a prioridade era manter uma taxa de cambio que possibilitasse a reprodução do capital e apropriação internacional de parte do produto social. Com a perda de importância na participação da economia nacional, a burguesia açucareira do Nordeste perde também o controle político para a burguesia latifundiária que controlava a produção de algodão e pecuária, produtos destinados ao mercado externo o que reforça, ainda mais a subordinação da economia brasileira aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano. A subordinação da região produtora de açúcar à região produtora de algodão e pecuária, obrigou-a a adotar as mesmas leis de reprodução, chegou a frear o movimento de reprodução do capital e das relações de produção na região açucareira.

Com o processo de modernização ocorrido na produção do café na região Sudeste, a introdução da indústria, para Oliveira (1981), reconfigura a divisão regional do trabalho no cenário econômico nacional, atribuindo ao Nordeste, o papel de fornecedor de força de trabalho para a indústria e reserva de exercito industrial, contribuindo assim para manter baixo o nível do salário dos trabalhadores, e por outro lado "os diferenciais da taxa de lucros começa a drenar o capital que ainda se formava no Nordeste;" (OLIVEIRA, 1981. p, 37), Para Oliveira (1981), é a partir da redefinição da divisão regional do trabalho dentro do território nacional, que as contradições e desigualdades da reprodução do capital e das relações de produção começam a se explicitar e gerar conflitos, entre as duas principais regiões do Brasil, o Sudeste em crescimento e o Nordeste estagnado. É dentro desse contexto de contradições e desigualdades que nasce o planejamento regional para o Nordeste, institucionalizado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE[9] que tinha o objetivo de atenuar a intensidade das desigualdades regionais. Para Furtado (1971), no final do século XVII ao começo do século XIX a economia nordestina teria sofrido um processo de atrofiamento, pois, segundo ele, "a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente" (FURTADO, 1971. p, 63).

Nos sertões a economia que foi se desenvolvendo, segundo Oliveira (1981), foi a pecuária extensiva mantida, sobretudo, pelo fornecimento de animais de trabalho para as áreas produtoras de açúcar e para as áreas de mineração e pelo fornecimento de carne às populações da zona litorânea e para as zonas de mineração. Porém, a economia pecuária do Nordeste nunca teve grande "expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia" (OLIVEIRA, 1981. p, 45). Conforme o autor, essa atividade produtiva encontrava dificuldades para se afirmar quanto atividade econômica, pelo fato de que esta não estava "fundamentada nos padrões de reprodução da economia escravocrata; [...] era uma forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal" (OLIVEIRA, 1981. p, 45). Como uma atividade extensiva e de pouca expressão econômica, segundo Oliveira

[9] A SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela lei nº 3.692.

(1981), a pecuária desenvolvida nos sertões nordestinos, produziu uma estrutura social pobre que na estrutura de poder da região não exercia nenhuma influência. O caráter deficiente desta atividade econômica e da estrutura social, para o autor, é notável pelo fato de que em muitas zonas nos sertões do Nordeste, “a terra não foi sequer apropriada, senão nos estreitos limites das fazendas, sendo o resto um espaço livre, onde o gado de quem quer que fosse podia pastar à vontade” (OLIVEIRA, 1981. p, 46). Ainda que considerada de pouca importância, a pecuária dos sertões nordestino tinha uma pequena ligação com o capital mercantil das zonas açucareiras, era a pecuária extensiva que forneciam carne para os trabalhadores escravos dos engenhos e animais para o trabalho.

A entrada da cultura do algodão no Nordeste não açucareiro, segundo Oliveira (1981) começa a definir a economia nordestina, impulsionado pelo crescimento da demanda mundial, o algodão passa a ocupar grandes extensões de terras no Nordeste se estendendo desde o Rio Grande do Norte até a região central da Paraíba. Com a eclosão da Guerra de Secessão norte-americana[10] a produção do algodão se expande para o Maranhão e Ceará e posteriormente para a Bahia e assim o “Nordeste agrário não açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia” (OLIVEIRA, 1981. p,47). A estrutura de produção para a nova mercadoria, o algodão, se constituiu fragmentada em inúmeras pequenas e isoladas culturas. O interesse do capital internacional encontra ai, as condições favoráveis à construção de uma estrutura de produção que possibilite a dominação do capital internacional do setor financeiro de circulação, e a produção fica a cargo dos fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros, Oliveira (1981). Surge ai o latifúndio que em certa medida tem como fonte de acumulação a produção de subsistência. Nos sertões nordestinos onde a pecuária dominava, agora aparece o algodão ocupando grandes quantidades de terras e que vai se combinar harmonicamente com a pecuária e com o campesinato de subsistência

[10] A Guerra de Secessão nos Estados Unidos, com seu conhecido resultado histórico que é o fim da escravatura, vai redefinir as relações entre o Norte industrialista e o Sul escravocrata;... Ver mais em OLIVEIRA, 1981. p,47-48).

mantendo a estrutura típica de latifúndio e minifúndio. Para Oliveira (1981), o que assegurou a reprodução dessa estrutura, foi a subordinação e submissão ao capital internacional comercial e financeiro inglês e norte-americano, que pouco se preocupava com as questões relacionadas à produtividade da cultura e do trabalho, pois a sua apropriação não se dava na esfera da produção, mas da circulação, além de que o interesse dos produtores da região do café, era estabelecer uma taxa de câmbio que possibilitasse apropriar-se de parte do excedente social. “E a política econômica do Segundo Império e da República Velha centra-se exclusivamente nessa preocupação” (OLIVEIRA, 1981. p, 49). E é ai que começam a se aprofundar as diferenças entre as regiões, pois os mecanismos e a política eram os mesmos que viabilizavam a expansão da região do café e da região do algodão e da pecuária, no entanto as estruturas internas de produção em cada uma das regiões eram muito distintas uma da outra, se assemelhavam apenas na subordinação ao mercado internacional.

Para Oliveira (1981), a hegemonia da região Centro-Sul sobre a burguesia industrial da região Nordeste, surge no momento em que começam as trocas de mercadoria entre as regiões, em que no Centro-Sul a produtividade do trabalho crescia com a transformação da força de trabalho em mercadoria, tornando as suas mercadorias mais competitivas, enquanto que, no Nordeste açucareiro-têxtil, as formas capitalistas de circulação de mercadorias se misturavam com formas não capitalistas de reprodução da força de trabalho. Porem, para ter total hegemonia sobre a região Nordeste seria necessário antes “a quebra da hegemonia política das classes dominantes locais” (OLIVEIRA, 1981. p,66), algo não tão simples. A economia burguesa do Nordeste açucareiro-têxtil, com todas as implicações citadas anteriormente, não consegue transformar sua mercadoria em um equivalente geral, como ocorrera no Centro-Sul cafeicultor, portanto não conseguiu meios para financiar a expansão do capital na região, isso por que como o nordeste mantivera sua relação de circulação de mercadorias internas, a economia brasileira mantinha equivalente geral apenas nas relações de circulação de mercadorias externas, Oliveira (1981). Todo o excedente gerado na circulação era investido no financiamento às Importações-exportações, e nenhuma

quantia era destinada a criar uma estrutura de circulação interna de mercadorias.

2.2 Desenvolvimento regional desigual

As relações que a região industrializada de São Paulo, mantinha com o capital internacional, elevou-a a um patamar de desenvolvimento e destaque na economia brasileira, em que a mesma passou a definir, a divisão regional do trabalho. Segundo Oliveira (1981), para tentar homogeneizar as regiões do país, a região industrializada, tomou algumas medidas: impôs um equivalente geral, derrubou barreiras alfandegárias entre os Estados e instituiu o imposto sobre o consumo para todas as mercadorias produzidas no Brasil.

Após a Revolução de 1930, “estava-se, [...] em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia* a ser hegemônica” (OLIVEIRA, 1981. p,75), centrada na produção de valor realizado internamente, para o autor a imposição de um equivalente geral ao território nacional como um todo, “criava o espaço econômico capitalista nacional unificado” (OLIVEIRA, 1981. p,75). Com isso, a região Sul passa a ser não só o centro nacional do capitalismo, nas também o berço da fusão do Estado com a burguesia industrial. A partir daí foram criados mecanismos políticos e institucionais que garantiam as condições para o desenvolvimento industrial e sua imposição sobre a economia nacional, desde a construção de infraestrutura, como medidas que possibilitava e favorecia a circulação dos produtos industrializados da região Centro-Sul.

A reprodução do sistema capitalista no Brasil, segundo Oliveira (1981), acontece em ciclos, e ao desenvolver-se em uma região é simultaneamente a forma de desestabilização das economias de outras regiões, isso porque, precisa destruir as outras economias para concentrar e apropriar-se do excedente das regiões. Foi isso que provocou no Brasil um desenvolvimento desigual entre as regiões. Sendo a expansão do capital, focada na região Sul e comandada por São Paulo provocou a destruição da economia nordestina para que houvesse a concentração de capitais na nesta região, como uma

estratégia de expansão do sistema capitalista em escala nacional. Para o autor as relações entre a região Centro-Sul e o Nordeste, produtor de açúcar/têxtil e algodão/pecuária já começa com a destruição dos capitais Nordestinos, pois não conseguem competir em preço e qualidade. Isso ocorre pelo fato de que o sistema produtivo do Nordeste mantinha uma estrutura muito arcaica que acabou sendo dissolvida pela nova forma de reprodução do capital que tinha como característica principal o aumento da produtividade para possibilitar a acumulação de capitais. Essa desigualdade do desenvolvimento econômico nas regiões, não significa uma oposição ao capital, apenas expressam as formas diferenciadas com que o capitalismo se utilizou para expandir em cada região, e os métodos adotados, e no Nordeste não foram os mesmos adotados no Centro-Sul. “Essa diferença é ao mesmo tempo *o resultado da herança histórica e da redivisão regional do trabalho* que a expansão capitalista no Centro-Sul comanda” (OLIVEIRA, 1981. p, 89).

> A integração do mercado nacional, ou a criação do mercado nacional unificado, resultado da imposição em escala nacional do equivalente geral da economia da "região" de São Paulo, vai encontrar aquela burguesia extremamente debilitada, incapaz de redefinir seu próprio esquema de reprodução, incapaz de impor, sob seu comando, e no seu espaço de reprodução, a seu favor, o equivalente geral da economia industrial. A penetração das mercadorias produzidas no Centro-Sul, além de ver-se favorecida pelas medidas de cunho político- institucional e pela melhoria dos transportes, será tanto mais facilitada por essa incapacidade da burguesia industrial nordestina adaptar seus esquemas de geração de valor às novas determinações que tinham seus *locus* na região Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981. p,90).

A integração nacional, promovida pela imposição das leis de reprodução do capital industrial de São Paulo, provocou no Nordeste o agravamento dos conflitos entre a burguesia e o proletariado. Isso por que, segundo Oliveira (1981), com a expansão do capitalismo do Centro-Sul para o Nordeste ocorreu uma elevação da renda da terra, aumento do trabalho semicompulsório e do sobre-trabalho, para além desses elementos, houve um processo de desestabilização da economia camponesa, em função da concorrência desigual com a penetração de mercadorias industrializadas nos mercados regionais, mercadorias essas produzidas a custos mais baixos, mantendo os camponeses na condição de produtores de subsistência e impossibilitando-os de ampliarem sua capacidade produtiva e saírem da condição de posseiros,

meeiros, parceiros e arrendatários, vale ressaltar que essa era e ainda é a condição de muitos camponeses.

É no contexto de contradições de latifúndios e minifúndios que as lutas de classes, surgem, segundo Oliveira (1981), uma tentativa de criar uma oposição ao domínio dos coronéis. As Ligas Camponesas foi o exemplo mais expressivo dessas lutas. Reconhecida por pesquisadores e movimentos sociais, como a mais importante forma de organização de trabalhadores rurais no Brasil, as Ligas Camponesas, surgiram no Nordeste em 1954, mais precisamente no Estado do Pernambuco, como uma das impulsionadoras da luta pela reforma agrária. Tiveram seu ponto culminante no conflito ocorrido no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Era "[...] uma propriedade rural cuja exploração se dava pelo sistema de arrendamento, sendo que o valor do aluguel das parcelas de terra era muito superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários" (MOTTA, 2009. p,244). As Ligas se espalharam pelo país e em 1963 já estavam organizadas em dezoito dos vinte e dois estados, totalizando 218 em todo o país, as ligas atuavam denunciando à sociedade e os governo a situação de extrema miséria e violência as quais estavam submetidos os camponeses. Como o discurso de uma reforma agrária radical, com relata Motta (2009), passa a ganhar espaço cada vez maior no interior das Ligas, a estratégia de atuação em mobilizações que levavam a intervenções e que vislumbravam que uma reforma agrária só seria realizada em conjunto com um projeto de revolução camponesa, inspirados no modelo cubano. Referencia-se na defesa de uma reforma agrária radical, o combate aos monopólios da terra. Sobre a influencia das Ligas, declaram no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que a propriedade monopolista do latifúndio, deveria ser transformada em propriedade camponesa por meio da desapropriação aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas, em forma individual ou associada e que o acesso e posse à terra, deveria ser para os que nela desejassem trabalhar. Com o golpe militar de 1964, as Ligas foram combatidas violentamente e muitas de suas lideranças foram assassinadas, e ainda em 1964 as ligas em sua forma legal teve seu fim, porem, se manteve como referência de ser o primeiro movimento de camponeses no Brasil que ousaram

lutar pelo acesso à terra e a questionar o poder e a exploração, e que em certa medida configuraram a reforma agrária no Brasil em anos posteriores.

2.3 A intervenção do Estado

Enquanto intervenção do Estado na economia Nordestina considera-se que tenha iniciado de forma mais direcionada com uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, tendo como principal ação o combate à secas que se torna mais efetivo no inicio do século XX com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS[11], que por sua vez realizou estudos relevantes sobre a região semiárida do Nordeste no tocante à “suas potencialidades e limites de solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies” (OLIVEIRA, 1981. p, 51). Porém o mesmo avanço não aconteceu em relação ao conhecimento e investigação da estrutura social e econômica da região Nordeste. As ações do DNOCS, na realidade nunca chegaram a ser de fato um planejamento para resolver os problemas do Nordeste, até por que o departamento sempre esteve capturado pela oligarquia nordestina, e que não tinha o menor interesse que os problemas regionais fossem de fato resolvidos.

Segundo Oliveira (1981) a leviandade e presa em afirmar que o DNOCS representasse um planejamento em escala regional, não considerou “alguns aspectos fundamentais para a emergência de um padrão "planejado" da reprodução econômica e social (OLVEIRA, 1981. p,51). Vale ressaltar que, segundo o autor, na época de criação do DNOCS a teoria capitalista em destaque era de antiplanejamento, que afirmava não “ser possível a alocação

---

[11] Criados para combater os efeitos das secas, o Instituto Federal de Obras e Combate a Seca - I F O C S, primeiro, e posteriormente o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - D N O C S, “circunscreveram-se ao chamado Polígono das Secas, uma demarcação no interior do próprio Nordeste geográfico mais amplo, que apresentava as condições climático-ecológicas propícias ao fenômeno da falta e irregularidades das chuvas. Essa própria demarcação era em si mesma econômica e política, pois foi concebida precisamente na época em que se expandia o "Nordeste" algodoeiro-pecuário, em detrimento do "Nordeste" açucareiro. E também por essa razão que se tornou o D N O C S um paradigma da ação do Estado (OLIVEIRA, 1981. p,53). “O DNOCS era um departamento *nacional,* concebido para atuar no combate a esse fenômeno climático onde quer que ele se apresentasse no território do país. O fato de nunca ter realizado nenhuma obra *fora* do Nordeste, é um resultado de sua captura pela oligarquia regional, e não uma intenção ou objetivo inicial” (OLIVEIRA, 1981. p, 51).

de recursos econômicos à margem e contra as " l e i s " do mercado, sem o barômetro "infalível" de um sistema de preços” (OLIVEIRA, 1981. p,51), e ainda que os pressupostos do planejamento em um sistema capitalista ele é uma forma de reposição e reprodução do ciclo produtivo.

> O planejamento num sistema capitalista é, sobretudo [...], *uma forma de reposição transformada dos pressupostos da produção;* isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente *na passagem* entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo (OLIVEIRA, 1981. p, 52).

Segundo Oliveira (1981), embora as obras realizadas pelo DNOCS fossem com recursos do Estado, não significou que ocorreu um investimento do Estado no ciclo produtivo da economia nordestina. Foi apenas um reforço nas condições da própria estrutura produtiva, na esfera da produção propriamente dita, na da circulação e da apropriação, ou seja, não transformaram as condições da produção social da região Nordeste. A ação do Estado vai ocorrer de forma planejada somente quando a luta das classes alcança um ponto de ruptura, em que não só a estrutura existente não tem mais condições de continuar sendo reproduzida, como ver se profundamente ameaçada pelo surgimento dos agentes políticos que se opunham às mesmas.

As contradições entre o Nordeste algodoeiro-pecuário e o Nordeste açucareiro; a divisão regional do trabalho no território nacional que seguia o ritmo de expansão da economia da região do café; a estrutura de classe e de poder que se formaram nas regiões, os barões do café e os coronéis do algodão e da pecuária e a situação da luta de classes no Nordeste algodoeiro-pecuário, segundo Oliveira (1981), possibilitou que a intervenção do Estado por meio do DNOCS, se tornasse um mecanismo mais de manutenção, do que de transformação das condições de reprodução da estrutura socioeconômica da região Nordeste e conduziu “a uma forma de Estado oligárquico, onde se fusionavam e tornavam-se indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil” (OLIVEIRA, 1981. p,53).

Segundo o autor, as ações do DNOCS tinham uma prioridade que era construir as condições para o desenvolvimento de uma agricultura irrigada e a expansão da agropecuária no semiárido, com esse objetivo foram realizadas:

construção de barragens, perfuração de poços, construção de estradas no interior da região semiárida e realizaram estudos mais completos para conhecer melhor a região e aplicar técnicas que melhor se adaptavam às condições climáticas, dos solos e da biodiversidade para alcançar o objetivo de expandir a agropecuária. Em nenhum momento se pensou em mudança da estrutura fundiária da região, e na melhoria das condições de produção das massas de campesinato empobrecidos do Nordeste. Segundo Oliveira (1981), tanto as barragens quanto os poços eram em sua grande maioria construídas em propriedades privadas de grandes e médios proprietários de terras, e acabavam por dar suporte apenas para a pecuária. As estradas muitas foram construídas dentro de grandes latifúndios para ligar a sede da fazenda à estrada principal. Segundo autor, os gastos dos recursos públicos realizados pelo DNOCS serviram para reforçar a estrutura arcaica da produção do Nordeste, por um lado subsidiava a expansão da pecuária dos grandes e médios fazendeiros e mantinham a existência do “fundo de acumulação” representado pelos camponeses (moradores, meeiros, parceiros e pequenos agricultores) característico da estrutura fundiária da região.

Para Oliveira (1981), a ação do DNOCS atribuiu ao fenômeno da seca, formas próprias da acumulação primitiva. E o maior exemplo disso foi os recrutamentos de força de trabalho que ficaram desocupados com a estiagem, isso acontecia quando os poucos recursos dos camponeses já haviam se esgotado depois de alguns ciclos sem colheita. Essa força de trabalho foi empregada na construção de barragens e de estrada. O pagamento do trabalho era realizado muitas vezes em forma de “cesta básica”, como era conhecida popularmente, ou seja, em alimentos.

O saldo desse trabalho permaneceu privado, pois a ocupação dessa força de trabalho foi na construção de barragens e estradas em propriedades privadas, ainda que custeados com recursos públicos. Segundo o autor a forma de financiamento contribuiu para que se constituísse a oligarquia algodoeira-pecuária, com a força e o poder político dos coronéis. Com os atrasos dos repasses dos recursos da União para as ações de emergência, “o DNOCS utilizava o credito junto aos grandes fazendeiros e comerciantes do Nordeste semiárido, quase sempre as duas formas do capital reunidas numa só pessoa”

(OLIVEIRA, 1981. p,55), para o pagamento da força de trabalho empregada. Vale lembrar, como já mencionamos antes, que este pagamento era realizado em forma de mantimentos, segundo Oliveira (1981). Os preços dos mantimentos fornecidos pelos comerciantes para o DNOCS para as frentes de trabalho caracterizavam outra forma de apropriação de riqueza, pois eram vendidos a preços mais altos que o praticado em outras regiões do país. Construiu-se em torno do DNOCS uma estrutura de enriquecimento da oligarquia algodoeira-pecuária, porém, esta não foi a única forma de favorecimento da oligarquia. No Nordeste semiárido, se beneficiavam não só com a indicação dos eleitores reais dos coronéis, que tinham prioridade para conseguir uma vaga nas frentes de trabalho, bem como, os eleitores/trabalhadores que não existiam e ocupavam uma vaga de trabalho, assim também, como obras fantasmas que foram gastos os recursos e nunca foram realizadas. Isso é justificado ou justificável pelo fato de que o DNOCS permaneceu durante muito tempo sob o controle dos políticos representantes da oligarquia nordestina, sobretudo do Estado do Ceará.

No inicio da década de 1830, segundo o autor, o Estado fizera uma intervenção na economia açucareira do país, criando o Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, com o objetivo de estabelecer uma divisão regional do trabalho na atividade açucareira. Com isso a produção expandiu para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Por meio do Instituto foi estabelecida uma espécie de quotas de produção para cada região produtora, com garantias de preços mínimos, mediação da relação entre fornecedores de cana e as usinas e financiamento público da produção. Vale informar que a direção do IAA esteve por longos anos sobre o controle de membros da burguesia açucareira do Nordeste.

Segundo Oliveira (1981), foi sobre o comando da burguesia Nordestina que o eixo da produção do açúcar foi deslocado para a região Sudeste, passando esta a ser responsável pela produção em escala para abastecer o país, isso por que a intervenção do IAA na economia açucareira do Nordeste, não alterou as formas de reprodução do capital que lhes eram próprias e até reforçou elementos primitivos. O IAA estabeleceu um sistema de quotas

regionais e até de cada unidade produtora, como mecanismo de proteção ao setor.

Considerando que o processo de industrialização havia se desenvolvido mais rapidamente em São Paulo, que em outras regiões do país, o mecanismo de proteção adotado pelo IAA, favoreceu a capitalização da economia açucareira de São Paulo e manteve as mesmas condições de reprodução da economia no Nordeste açucareiro. Para o autor, o mecanismo das quotas, não contribuiu para a expansão da economia açucareira no nordeste, pelo contrário, favoreceu a centralização e concentração de capital na região industrializada de São Paulo, pelo fato de que a estrutura arcaica do Nordeste não conseguia cumprir a quota de produção, tinha suas quotas de produção absorvidas pela região industrializada com capacidade de maior de produção e produtividade.

A ausência do Estado como produtor direto na região Nordeste, na opinião de Oliveira (1981), não criou um segmento de classe social dominada (camponesa ou operária) que estivesse presa na sua função dentro da divisão técnica do trabalho, da mesma forma que não criou a ambiguidade entre o Estado e as classes sociais dominantes (oligarquia agrária produtora de algodão-pecuária ou a burguesia industrial produtora de açúcar-têxtil). Nenhuma das classes via no Estado algum tipo de contradição. Para Oliveira (1981), um Estado imobilista no trato das relações entre as classes sociais da região, ainda que no tocante à acumulação capitalista em nível nacional defendia explicitamente a forma de reprodução da economia industrial comandada pelo Centro-Sul, e se prestava ao papel de transferir capitais da região Nordeste para a região Centro-Sul, por meio da taxa de cambio que descapitalizava a economia nordestina em favorecimento à acumulação de capitais da região Centro-Sul. Segundo o autor, nem com a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1953, a intervenção do Estado acontece de forma qualificada ao ponto de surtir algum resultado na economia regional. Capturado pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária, o BNB limitou sua atuação ao Polígono da Seca, excluindo a zona litorânea onde se localizava a região

açucareira-têxtil, só posteriormente com a criação da SUDENE[12] é que o BNB passa a integrar o planejamento regional.

A SUDENE desde a sua criação já está inserida em uma intervenção planejada do Estado na região Nordeste, com o objetivo de superar o "conflito de classes inter-regional e de uma expansão pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul" (OLIVEIRA, 1981. p, 116). O órgão tinha o poder de criar empresas mistas compostas por capitais da União, dos Estados e do setor privado, com o objetivo de transformar o Estado em produtor na região Nordeste, dando poderes à SUDENE de atuar com empresas estatais em qualquer ramo de atividade econômica. Com a criação da SUDENE o Estado assume uma nova roupagem no Nordeste. Segundo o autor, entre as funções e poderes da SUDENE estava a de facilitar a importação de equipamentos industriais e agrícolas, garantindo isenções alfandegárias e isenções de imposto de renda para as novas empresas que se instalaram no Nordeste para o aproveitamento das matérias-primas regionais.

Essas medidas adotadas pela SUDENE, não se confrontavam com os interesses da burguesia industrial regional, porém, pela própria forma de acumulação e apropriação do capital monopolista, que tinha seu centro na região Centro-Sul, isso foi mais favorável à acumulação capitalista da burguesia internacional associada do centro. "A debilidade da burguesia industrial regional tornava-a inapta para reciclar seus esquemas de reprodução, e as isenções tornaram-se, na verdade um mero expediente de adia-lhe a falência completa, [...]" (OLIVEIRA, 1981. p, 117), com exceção de alguns poucos grupos que já integravam à burguesia nacional e internacional associada e por sua vez mantinham negócios em outras regiões.

As propostas da SUDENE, para Oliveira (1981), têm uma dupla função, primeiro evitar o ataque direto às condições de reprodução da economia agrária do Nordeste e segundo, desloca o foco do problema da economia

[12] Preocupado com as consequências deixadas pela seca de 1958, na região Nordeste, Juscelino então presidente da republica convida Celso Furtado, então diretor do BNDE para construir a Política de Desenvolvimento para o Nordeste, materializada na Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE, a mesma persistiu nos Governos de Juscelino, Janio Quadros e João Goulart. Segundo Furtado (1998), a Lei de Incentivos Fiscais, proposta pela SUDENE, foi o que possibilitou que empresários do Sul começassem a investir no Nordeste.

nordestina para uma suposta inviabilidade de produção na região semiárida, escondendo o caráter conflituoso da reprodução da economia açucareira e coloca-o como se fosse um problema de inadequação entre recursos naturais e uma divisão técnica do trabalho. Segundo o autor, a proposta da SUDENE para tomar o Estado no Nordeste da oligarquia algodoeira-pecuária, capturado por meio da intervenção do DNOCS, acaba por facilitar a captura deste Estado pela burguesia internacional-associada sediada no Centro-Sul, que por sua vez propõe a transformação do excedente capturado pelo Estado em capital, o que beneficiara apenas o capital monopolista. Essa captura do Estado no Nordeste pelas forças do capitalismo monopolista sediado na região Centro-Sul, não se expressam apenas nas funções e objetivos da SUDENE, nem na prática administrativa de conceder favores. Ela se torna mais explícita com a inserção na lei[13] do I Plano Diretor, “do mecanismo de dedução do imposto de renda para as empresas que aplicaram essa dedução em investimentos industriais no Nordeste” (OLIVEIRA, 1981. p,119). A SUDENE tentou ainda em um artigo da lei do II Plano Diretor, transformar essa dedução em um fundo de acumulação global[14], que financiariam a implantação dos projetos industriais por ela aprovados, o que nunca chegou a ser executado.

Para além da defesa explicita dos interesses econômicos da burguesia industrial sobre a forma do capital monopolista, sediada na região Centro-Sul, a SUDENE construiu e propagou uma imagem negativa da região Nordeste, como a “área mais pobre do Hemisfério Ocidental "a ameaça à unidade nacional", a área de onde emergiriam os conflitos que poderiam pôr em risco essa "unidade" - no fundo uma "unidade da nação burguesa"” (OLIVEIRA, 1981. p, 120), se constrói ai o estigma da seca.

A imagem do Nordeste, divulgada pela SUDENE, segundo Oliveira (1981), despertou o interesse dos Estados Unidos no governo de J. Kennedy, que para ganhar a disputa do capitalismo contra o socialismo havia lançado o

---

[13] Deve-se frisar que essa inserção, que vem a ser o artigo 34 da lei nº 3.959, é de autoria de um parlamentar do Nordeste ligado à burguesia industrial açucareira, o então deputado Gileno De Carli, ele mesmo antigo presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool (OLIVEIRA, 1981. p, 119).

[14] , o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FIDENE, que logo foi instinto. Ver Oliveira (1981).

que chamaram de “Aliança para o Progresso”, passando a região Nordeste a ser alvo de investigação da Central de Intelligency Agency – CIA. Foram realizadas visitas à região, que resultaram posteriormente em reuniões com a embaixada dos Estados Unidos no Brasil e com o presidente, da qual participara Celso Furtado, para discutir a intervenção do governo norte-americano sob o comando da Aliança para o Progresso e consolidar os programas da SUDENE.

O acordo levou a uma espécie de investigação sobre e na região, denominada de missão da Aliança para o Progresso, comandada pelo antigo embaixador Merwin Bohan, que teve como resultado um relatório. Este fazia recomendações para conter o movimento das Ligas Camponesas, de forma desrespeitosa e leviana que levou o governo brasileiro a solicitar a correção e suspensão do relatório.

As recomendações feitas pela Missão Bohan, como ficou conhecida, para o governo brasileiro em relação ao Nordeste, segundo Oliveira (1981) a primeira parte resumia-se em um programa-impacto, de caráter assistencialista, que tinha o objetivo de esvaziar politicamente o movimento das Ligas Camponesas. A segunda parte recomendava um programa de esvaziamento demográfico do Nordeste, com o objetivo de diminuir as pressões agrária e urbana. Para isso sugeriam medidas políticas que se traduziam em um programa de obras públicas de caráter assistencialista e imediatista, que para Oliveira (1981), na verdade tinham como objetivo maior, a construção de estruturas para serem usadas em ações militares de grande porte, caso os norte-americanos considerassem necessário, para evitar que o Nordeste fosse tomado pelas forças populares.

Vale ressaltar que havia uma desconfiança do governo norte-americano com a SUDENE e com o governo brasileiro, e segundo o autor, por algumas vezes os norte-americanos tentaram boicotar algumas ações da SUDENE que pudessem promover algum tipo de desenvolvimento econômico. A tentativa de neutralizar e estagnar o desenvolvimento da região Nordeste era notório nas recomendações do Relatório de Bohan, exemplo: a de não alterar a estrutura da zona canavieira, e a de não ampliar a capacidade geradora de energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF em Paulo Afonso.

Para Oliveira (1981) a ação dos Estados Unidos na região Nordeste objetivava desqualificar a autoridade da SUDENE, ignorando a sua existência e construindo relação direta com governos estaduais e até acordos para combater as forças populares, denominadas de radicais. Foram realizados acordos como os governos de Pernambuco e Rio Grande do Norte, e posteriormente foram impostos à SUDENE com o aval do Presidente do Brasil João Goulart, nesse bojo os EUA mantinha em seu Consulado no Nordeste mais precisamente em Recife um contingente equivalente ao de uma embaixada, incluindo agentes da CIA. A livre circulação dos norte-americanos no território nordestino facilitou que a CIA infiltrasse agentes nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais que eram controlados pela Igreja Católica (Oliveira 1981).

A indefinição do papel da SUDENE e a ineficiência da intervenção do Estado sobre a forma de um planejamento regional possibilitou que a ação dos EUA, na opinião de Oliveira (1981), consolidasse a hegemonia burguesa em escala nacional, completamente dominada pelo capital internacional, sobretudo norte-americano. No pós-1964, quando o país sofre intervenção militar, a SUDENE passa a ser "muito mais o resultado da forma de resolução do conflito nacional de que regional" (OLIVEIRA, 1981. p, 125). No imediato pós-64, a SUDENE anuncia o mecanismo mais conhecido para financiar a expansão do capitalismo monopolista no Brasil, os incentivos fiscais, mais conhecidos como 34/18[15], que foi ampliado em escala nacional para outras regiões e outros ramos da economia. O saldo do programa de industrialização sobre as regras do 34/18, para Oliveira (1981), fora na verdade a "transferência da hegemonia da burguesia internacional-associada do Centro-Sul para o Nordeste" (OLIVEIRA, 1981. p, 125). Ou seja, a burguesia sulista, transferiu parte de seu investimento para o Nordeste, para garantirem assim o controle da economia

[15] Um instrumento empregado para impulsionar os investimentos de capitais externos na economia nordestina, o Sistema 34/18. Trata-se, na prática, de uma referência ao Artigo 34º da Lei n. 3.995 de 14/12/1961, que permitia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de recursos destinados a investimentos na região, e ao Artigo 18º da Lei n. 4.239 de 27/06/1963, que estendia esta dedução à aquisição de obrigações emitidas pela SUDENE para ampliar os recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene). Ver, CALVACANTE, Ricardo e MACEDO, Walter. Incentivos Fiscais, Fundos e Orçamento Regionalizado: Uma Proposta para a Nova Sudene. Agencia de Fomento do Estado da Bahia - Desenbahia, Texto para Discussão 02/03, jan. 2003

da região Nordeste e do espaço nacional. Para o autor, com isso a economia do nordeste integra-se totalmente à economia nacional e deixa de ter sentido se falar em economias regionais. Deixou também de fazer sentido a existência da SUDENE como organismo do planejamento.

A expansão do capitalismo monopolista para o Nordeste por meio do mecanismo de incentivos fiscais, como regra geral para a expansão de empresas monopolistas, favoreceu, na ocasião, a implementação de 24 (vinte quatro) grandes projetos industriais no Nordeste, destes 4 (quatro) eram estatais, 6 (seis) privadas com capital majoritariamente nacional e 14 (quatorze) privadas com capital totalmente estrangeiro, supõe-se que estes grupos já eram os que controlavam o mercado nacional e que a expansão para o Nordeste como deduz Oliveira (1981) seria uma mera medida para preservar posição no mercado já consolidado. Isso aprofundou o processo de centralização e concentração de capitais a níveis altíssimos as desigualdades regionais em termos reais das condições de vida da população.

3. CAPITULO – O AGRONEGÓCIO NA “NOVA” FRONTEIRA AGRÍCOLA – O MATOPIBA

3.1 Expansão do agronegócio na região Oeste da Bahia

Dedicaremos aqui, a entender como foi o processo de ocupação do cerrado nordestino pelo agronegócio, mais especificamente o cerrado baiano, objeto deste trabalho. Antes de adentrarmos no tema, vale lembrar que, a forma como se estruturou a economia nordestina, baseada em uma estrutura arcaica (latifúndios) e a sua função na divisão regional do trabalho, levou o Nordeste a ser inserido tardiamente no processo de modernização conduzido pela região sudeste.

Para melhor compreensão do tema em questão, é de grande relevância antes compreendermos o bioma cerrado, no qual esta sendo implantada a “nova” fronteira agrícola.

O cerrado é um dos sete ambientes/ biomas do Brasil, é o segundo maior bioma brasileiro, ocupa em média dois milhões de quilômetros quadrados. O cerrado engloba o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, oeste da Bahia, sul do Maranhão, sudeste do Piauí, a faixa central de São Paulo, fragmentos no Amapá e extremo norte do Pará. Dos ambientes existentes no planeta, segundo o Professor Altair Sales, em entrevista para o Jornal Opção, que o cerrado é o mais antigo dos biomas existentes. Começou a se formar a 65 milhões de anos e se concretizou há 40 milhões de anos, portanto, o cerrado já alcançou seu auge evolutivo, isso significa que, uma vez suprimida a vegetação nativa, ele não se regenerará em sua totalidade da biodiversidade.

Pelas características do solo e da vegetação nativa, o cerrado absorve toda a agua oriunda de precipitação ocorrida na região, contribuindo assim para o abastecimento dos principais aquífero do país e nascimento dos principais rios que formam as seis principais regiões hidrográficas do Brasil: Amazônica, Paraguai, Paraná, Parnaíba, São Francisco e Tocantins-Araguaia. O bioma cerrado localizado no centro do país, fazendo divisa com outros

quatro biomas: a Amazônia, a Caatinga, o Pantanal e a Mata Atlântica. “O resultado dessa interação é a existência de uma fauna e uma flora muito rica em diversidade biológica. O Cerrado influi e recebe influência dos demais biomas, constituindo um habitat único no mundo” (ISPN). Segundo o ISPN, apenas 4,1% do cerrado estão protegidos em unidades de conservação. Desse total 2,2% estão protegidas de forma integral e 1,9% em áreas de manejo e uso sustentável.

O cerrado nas ultimas décadas, tem sido percebido, como um mero espaço vazio a ser ocupado por grandes lavouras de grãos e ou extensas pastagens para o gado. O desenvolvimento sem planejamento ambiental e social tem colocado esse bioma em vias de extinção, ameaçando também a existência de povos indígenas e comunidades tradicionais.

O desenvolvimento do agronegócio no cerrado da região Nordeste, teve como porta de entrada o extremo Oeste do Estado da Bahia, que obedeceu às mesmas regras aplicadas ao desenvolvimento do capital agrário no Nordeste, caracterizado pela concentração de terras e capitais com todo o apoio do Estado através da implementação de políticas públicas. Vale ressaltar que não foram empresas regionais que se desenvolveram. O agronegócio chega a essa região através da migração de empresas do Sul e do Sudeste e de várias empresas transnacionais (principalmente dos Estados Unidos e Japão), que se instalaram nas terras sobre tudo, no cerrado e áreas de transição[16].

Esta região já era habitada pelas tribos indígenas que historicamente ocupavam este território, mais às margens dos rios, e posteriormente com a exploração do ouro em Goiás e de diamante em Minas Gerais no século XVIII, segundo dados do BIOESTE (2015), começaram a se formar pequenos povoados às margens dos rios navegáveis, que se desenvolveram em função da exploração do minério e se transformaram em rotas de circulação entre as regiões com exploração de minério e os Estados da região Nordeste. A região, que viria a ser o Oeste da Bahia, fazia parte do território de três grandes sesmarias pertencente aos sesmeiros: Tomé de Souza, Garcia D’Ávila e Guedes de Brito, que desenvolviam a pecuária extensiva nas áreas unidas. Os

[16] As áreas de transição são aquelas que ao fazerem fronteiras com outros biomas, mesclam características dos dois biomas.

rios foram sempre o meio que possibilitou a penetração de pessoas no território do Oeste baiano.

Isolada da economia do Recôncavo, segundo Souza (2010), a região Oeste do Estado, continuou sendo ocupada com atividades de segunda classe e reserva de valor de terra. Nesse período se desenvolve nas franjas da pecuária extensiva, um campesinato que basicamente formado pelos vaqueiros e suas famílias, foram ocupando as margens dos rios, praticando a agricultura de subsistência e formando seus rebanhos bovinos (formado a partir das novilhas que recebiam como pagamento, por cuidar do gado do fazendeiro). Entre os séculos XIX e meados do século XX, não houve nenhuma alteração no processo de ocupação da região. “Até esse período, o governo do Estado não tinha estabelecido políticas mais efetivas para planejar e organizar o seu território” (SOUZA, 2010. p,03). Só com a introdução da agricultura mecanizada a partir da década de 1970 é que a região vai ganhar importância na economia estadual.

Localizada a uma distancia de aproximadamente 850 km da capital Salvador, a região Oeste da Bahia, teve seu processo de ocupação diferenciado das demais regiões do Estado. Segundo Fernandes, Lobão e Vale (2010), por muito tempo essa região foi considerada como reserva. Somente com a criação de políticas públicas que incentivavam a produção agropecuária nessas terras é que se intensificou a ocupação da região. Como já foi afirmado anteriormente, até então essa região era povoada por indígenas e por uma população que teve origem na miscigenação entre índios, brancos e negros que povoavam, sobretudo, as barrancas dos rios e riachos, sempre próximos ás fontes de água. Segundo Fernandes, Lobão e Vale (2010), só a partir dos anos 1960, que começaram a chegar à região, povos oriundos do Sul do Brasil, a grande maioria gaúchos, em busca de novas fronteiras agrícolas, o objetivo era implantar no Nordeste a agricultura *moderna* altamente tecnificada e mecanizada. A expansão do agronegócio para a região Oeste da Bahia mudou em todos os aspectos o perfil da produção agrícola. A região passa a ser incorporada ao circuito nacional de produção agrícola, possibilitando a criação de uma nova fronteira agrícola para a expansão do capital agronegócio. Todo esse processo teve o apoio incondicional da burguesia agrária local e dos

órgãos governamentais do Estado. Atualmente a região Oeste da Bahia é a maior produtora de grãos *commodities* do Nordeste, e marcada pela presença expressiva de camponeses que produzem de forma diversificada para a manutenção da família.

A fundação de Brasília, nos anos de 1960, impulsionou o desenvolvimento da região Oeste pelo fato de estar localizada próxima a recém-construída capital nacional, passando a região á ter acesso á rodovias que ligavam Brasília ao Nordeste. O processo de exploração intensivo das terras do cerrado no Oeste da Bahia começou a ocorrer a partir da década de 1970, com o processo de expansão da fronteira agrícola e a introdução do cultivo de grão e tecnologias avançadas em terras de cerrado. Neste mesmo período foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que incentivava o crédito para o desenvolvimento da agricultura, e o Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados, vinculado à EMBRAPA. Ainda na década de 1970, foram implementados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), projetos de irrigação na região, segundo o BIOESTE. A expansão da fronteira agrícola ampliou a concentração de terras e de capitais.

As características do solo da região formado por extensos planaltos, o que facilita a mecanização, a disponibilidade de recursos hídricos e luminosidade, os altos investimentos de recursos públicos, o baixo preço da terra e estrutura viária construída, que facilitava a circulação das mercadorias, e a introdução de uma agricultura com alta tecnologia, atraíram muitos empresários e muitos investimentos inclusive internacionais e contribuíram para implantação do agronegócio na região.

Segundo Lavoratti e Moura (2012), as terras da região Oeste da Bahia foram sendo adquiridas ou pela compra por preços insignificantes ou foram doadas pelo governo aos imigrantes, sulistas principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, atraídos pelas condições oferecidas pelo Estado. Os camponeses que ocupavam esse território, que se formaram da miscigenação de brancos com índios, e que mantinham uma relação de posse da terra sem nenhuma comprovação documental, foram expulsos de suas terras, processo que pode ser comparado ao que Marx denominou de

acumulação primitiva do capital. Nessa região esse processo é conhecido como grilagem e se deu com uso da violência brutal o que resultou na morte de muitos camponeses e a dizimação de muitas tribos indígenas.

O agronegócio que se desenvolveu no Oeste da Bahia, foi pensado dentro de uma estratégia de integração da economia do Nordeste à economia nacional. A ocupação econômica realizada no Oeste baiano, comandada pelo Estado, segundo Lavoratti e Moura (2012), foi explicitamente direcionada para favorecer a agricultura empresarial altamente capitalizada. Para as autoras, o agronegócio que se instalou nessa região foi também financiado pelo Governo Japonês, sobre a condição de atender a demanda de terras para os descendentes de japoneses oriundos do Estado do Paraná. Ou seja, semelhante ao que aconteceu em outros momentos da história econômica do Nordeste, a economia da região é nordestina gestada para atender os interesses dos sulistas, sudestinos e estrangeiros. Nesse arranjo os nordestinos foram incluídos apenas como força de trabalho altamente explorada, com exceção de alguns poucos de origem latifundiária que conseguiram ter acesso à terra e aos incentivos governamentais.

Nos Chapadões, Gerais, como são conhecidas as áreas de cerrado, foram implantados grandes latifúndios, muitos com mais de 20 mil hectares, ocupados com a produção de grãos, principalmente, soja, milho e algodão herbáceo, em forma de commodities. As áreas de encostas e vales, não foram ocupadas pela expansão do agronegócio, e foram nessas áreas que se estabeleceram inúmeros povoados e comunidades camponesas. Essas áreas mais úmidas apresentam maior fertilidade e dessa forma possibilitou a continuidade do modo de vida e de trabalho tradicional das comunidades camponesas.

Foram desenvolvidos na região inúmeros projetos de irrigação, coordenados e financiados pelo governo do Estado, com o objetivo de desenvolver o capital no espaço agrário regional. Segundo Fernandes, Lobão e Vale (2010) a maior parte dos projetos foram implantados, para impulsionar o agronegócio, ignorando a população rural local, os camponeses e camponesas, que praticam a agricultura para a manutenção da família. A forma agressiva e intensiva com que se desenvolveu o agronegócio no Oeste baiano,

caracterizada pelo desmatamento e supressão da vegetação nativa (fundamental para o abastecimento de aquíferos e rios de grande relevância para a região Nordeste, exemplo o Rio São Francisco), provocou um processo de degradação ambiental, que transformou alguns rios perenes em rios temporários e causando sérios problemas em outros rios.

A exploração desordenada dos recursos hídricos dos rios e dos subsolos por meio de poços tem provocado à diminuição do volume de água da região e baixas consideráveis do aquífero, com o registro de poços que já secaram. Esse fenômeno foi registrado na região, só após a implantação da agricultura *moderna* nos chapadões e gerais, impactos esses, que nunca foram analisados e estudados com profundidade, mas que são perceptíveis às populações locais, sobretudo, as comunidades rurais, que sofrem com a morte de muitos rios e riachos que abasteciam comunidades inteiras e fazem da região, produtora de uma grande diversidade de gêneros alimentícios que abasteciam os mercados locais e de cidades vizinhas.

Outra questão que já se apresenta gravíssima é a poluição provocada pelas grandes empresas do agronegócio produtoras de *commodities*, com uso abusivo de agrotóxicos que mantém a produtividade das lavouras, contaminando as águas dos rios e subsolos, tornando as impróprias e nocivas ao consumo humano e causando a morte de uma infinidade de peixes e animais silvestres.

Para Fernandes, Lobão e Vale (2010), a forma que o capital agronegócio pratica a agricultura retirando a cobertura vegetal do solo, com a supressão de matas nativas, substituindo-as por cultivos irrigados, fez com que parte da região Oeste da Bahia fosse incluída na lista das áreas susceptíveis à desertificação, perdendo assim a riquíssima biodiversidade, exaurindo totalmente os solos tornando-os impróprios inclusive para a própria agricultura.

O agronegócio que se desenvolveu no Oeste baiano se especializou na produção de *commodities* de soja, milho e algodão herbáceo, com maior ênfase na soja, que com uma agricultura altamente mecanizada e com o uso de tecnologias avançadas e ocupa grandes extensões de terras irrigadas. A produção é controlada pela agroindústria que visa atender as necessidades e exigências do mercado externo – vale lembrar que esta foi também a função da

agricultura no período colonial – colocando o Brasil no nível de maior exportador de grãos. Segundo as autoras, a região Oeste concentra toda a produção de soja do Estado da Bahia e é responsável por 4% da produção nacional, portanto é uma região de relevância econômica para o Estado, também é alvo de grandes especulações financeiras e cenário de grandes conflitos envolvendo posseiros e empresários do agronegócio. Além da produção de grãos se destaca também na região a produção de fruticultura irrigada com destaque para: banana, manga, laranja, limão e mamão, em um ramo também controlado por grandes produtores, por empresas capitalistas de origem internacional e algumas poucas cooperativas de produtores, que tentam disputar espaço no mercado altamente controlado pelas grandes empresas.

A busca incessante para atender ao mercado internacional, a crescente substituição da produção de gêneros alimentícios, para o mercado interno, por *commodities*, tem provocado problemas gravíssimos de ordem social e ambiental: o desabastecimento dos mercados locais, encarecimento dos alimentos e a supressão da vegetação nativa comprometeu o equilíbrio da sociobiodiversidade.

Vale ressaltar, que essas terras estão sob o poder de grandes empresários sulistas que, invadiram as terras de posseiros, forjaram documentos – a famosa grilagem de terras – ou expulsaram posseiros com violência (trabalho realizado por jagunços e capangas armados), em busca de condições climáticas e ambientais favoráveis, incentivos públicos e força de trabalho barata. Há que se observar que os incentivos públicos oferecidos pelo Estado para os gaúchos, nunca foram acessíveis para os camponeses da região, Fernandes, Lobão e Vale (2010). A penetração do capital no cerrado do Oeste baiano provocou muitas mudanças e ampliou as contradições já antes existentes. Segundo Lavoratti e Moura (2012), o Oeste baiano é uma das regiões que mais se comete o crime de grilagem de terras, sendo a violência e a violação dos direitos de posse, prática comum e corriqueira na região. O direito à propriedade da terra é colocado, acima de qualquer outro direito, inclusive do direito à vida.

Para dar suporte ao agronegócio, na região há uma concentração de universidades publicas e privadas com cursos voltados para a área agrária e

cursos técnicos que atendem às necessidades de formação de força de trabalho qualificada para o trabalho nas lavouras. Pesquisas são desenvolvidas frequentemente pela EMBRAPA, com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade da produção, para que o capital possa obter lucros cada vez maiores. Também na região, estão instaladas sedes das principais empresas transnacionais do setor, da indústria de insumos químicos, maquinas e implementos agrícolas, e os esforços desempenhados pelo Estado para construir uma infraestrutura eficiente para o escoamento da produção, sobre tudo, para a exportação, com a construção de ferrovias e portos.

O Oeste da Bahia é uma região marcada por grandes contrastes. Enquanto a produção de grãos para a exportação usufrui as mais avançadas tecnologias com o aparato do Estado totalmente empenhado em garantir as condições para a acumulação capitalista, no outro polo há milhares de camponeses produzindo uma diversidade de alimentos, com a mesma estrutura de 60 anos atrás e sem nenhum incentivo do Estado para produzir ou comercializar a produção.

Quanto ao crescimento demográfico da região Oeste, segundo Ilario (2013), aconteceu de forma intensa com o grande fluxo migratório para ocupar os cerrados com a agricultura. Esse processo ocorreu na década de 1980, com a vinda de pessoas oriundas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Segundo o autor, houve dois momentos da migração: um primeiro, para a apropriação das terras para a produção agrícola e um segundo momento a para suprir a necessidades de força de trabalho especializada nas culturas de soja, milho e algodão herbáceo, sendo estes últimos pertencentes às mesmas famílias que já haviam migrado anteriormente para o Oeste. Junto com esta migração dos Estados do Sul e Sudeste ocorreu outro movimento migratório interno no próprio Estado da Bahia, com a promessa de trabalho muitos trabalhadores do semiárido migraram para o Oeste. Formado por filhos de camponeses e com pouca formação técnica, este exército não foi absorvido na mesma intensidade do movimento migratório. Sem muitas opções essa população foi ocupando e formando as periferias nas cidades de pequeno e médio porte.

3.2 A “nova” Fronteira agrícola – MATOPIBA

A “nova” fronteira agrícola [17] mais conhecida pelo acrônimo criado com as iniciais dos nomes dos Estados, MATOPIBA (há outras denominações menos utilizadas). oficializado, por decreto presidencial Nº 8.447 - 06/05/2015**,** o Plano de Desenvolvimento Agropecuário para o MATOPIBA, para além de delimitar a área para a expansão da agropecuária intensiva, tem a função de orientar a política agrícola e agrária, da região, bem como, direcionar os investimentos públicos em infraestrutura e logística necessária para o pleno desenvolvimento e expansão do agronegócio.

O PDA, proposto para ser desenvolvido, nas áreas ocupadas pelo bioma cerrado em quatro Estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecida como a região do MATOPIBA foi construído a partir uma cooperação técnica celebrada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a EMBRAPA, através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE)[18]. Porem, essa era uma demanda apresentada pela Comissão Nacional para a Agricultura (CNA) e Bancada Ruralista no Congresso ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A definição, realizada por Miranda (2014), mostra esse território como uma realidade geográfica caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, baseada em tecnologias de alta produtividade. Um dos principais critérios utilizados para delimitar o território do MATOPIBA, foi o de fazer parte das áreas de cerrado dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Segundo Miranda (2014), 91% do território atribuído ao MATOPIBA é do bioma Cerrado, um total de 66.543.540,87 ha (32,5% do cerrado brasileiro está no território do

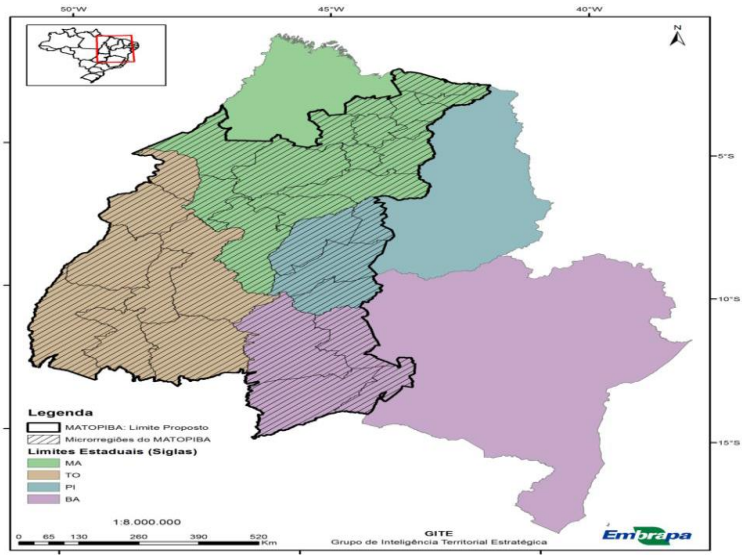
---

[17] As aspas usadas tem o objetivo de chamar a atenção, para o fato de que, ainda que se entenda fronteira agrícola com sinônimo da introdução do agronegócio, no caso do MATOPIBA, não se trata de uma novidade, o agronegócio já esta instalado na região desde a década de 1970. O que se constata é um processo acelerado de expansão, com altos investimentos públicos.

[18] O GITE é um Grupo formado por pesquisadores da EMBRAPA, que no caso do MATOPIBA, estão responsáveis para realizar um estudo da região considerando os aspectos: quadro natural, quadro agrário, quadro agrícola, quadro de infraestruturas e quadro socioeconômico.

MATOPIBA), 7,3% do bioma Amazônia, cerca de 5.319.628,40 ha e 1,7% do bioma Caatinga o equivalente a 1.203.107,22 ha.

Figura 1. Mapa do território do MATOPIBA.



FONTE: EMBRAPA, 2014.

Como se pode ver no mapa, o MATOPIBA engloba o território dos seguintes Estados: Maranhão com 23.982.346 ha, envolve 135 municípios distribuídos em 15 microrregiões; Tocantins com 27.772.052 ha, envolve 139 municípios em 8 microrregiões; Piauí com 8.204.588 ha, envolve 13 municípios em 4 microrregiões e Bahia com 13.214.499 ha, envolve 30 municípios em 4 microrregiões. Assim o território do MATOPIBA é composto por 33% Maranhão, 38% Tocantins, 11% Piauí e 18% Bahia. Segundo Miranda (2014a), nessas regiões nas duas últimas décadas tem ocorrido uma intensificação da ocupação e uso da terra pela agricultura intensiva, o agronegócio. E para tanto, a delimitação do território do MATOPIBA, irá subsidiar as políticas públicas e privadas voltadas para o setor na região. Esta delimitação, segundo o autor, irá nortear as ações também de pesquisas realizadas pela EMBRAPA, bem como, as ações do INCRA.

O território definido como integrante do MATOPIBA é banhado por três bacias hidrográficas sendo elas: Bacia do Atlântico – Trecho Norte/Nordeste, Bacia do Rio São Francisco e Bacia do Rio Tocantins. Tendo como principais rios: Rio Tocantins, Rio Araguaia, Rio São Francisco, Rio Parnaíba, Rio

Itapicuru, Mearim, Gurupi e Pindaré. Segundo Magalhães (2014), para facilitar a gestão dos recursos hídricos essas bacias foram divididas em quatro regiões hidrográficas sendo elas: Tocantins/Araguaia que abrange 30.804.087,24 ha, corresponde a 42,10% do território do MATOPIBA, Parnaíba com 14.754.767,43 ha, corresponde a 20,16% do MATOPIBA, Atlântico Nordeste Ocidental com 14.347.710,48 ha, corresponde a 19,61% do território do MATOPIBA e o São Francisco com uma área de 13.250.417,55 ha, corresponde a 18,11% do território do MATOPIBA. Isso significa que é uma região muito rica em recursos hídricos, segundo informações de pesquisas anteriores são essas áreas de cerrado que abastecem essas bacias. Portanto qualquer empreendimento que suprima a vegetação nativa do cerrado afetará a manutenção da quantidade de águas nesses rios e afluentes.

A área definida para o MATOPIBA engloba 337 municípios divididos em 31 microrregiões dos quatro Estados acima citados, e representa cerca de 73 milhões de hectares. Segundo informação da EMBRAPA, são em média 324.326 estabelecimentos ocupando 33.929.100 há (aqui são considerados apenas os imóveis com titulo ou escritura), vale lembrar que nos casos dos grandes latifúndios, muitos deles, são terras griladas e escrituras falsas, ainda assim, são contabilizadas. O mesmo não acontece com os territórios das comunidades tradicionais, que ocupam o território por diversas gerações e que ainda não estão com seus territórios regularizados, como é o caso das comunidades de Fechos de Pastos na Bahia, as Quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, as comunidades de artesãs que trabalham com o capim dourado em Tocantins, entre outras. Estes são territórios coletivos que ainda não foram regularizadas, não têm documentação de domínio da propriedade. Constituem uma variedade de comunidades camponesas que praticam a pequena agropecuária e o extrativismo, para a manutenção da família e venda do excedente e estão presentes em todos os Estados.

Das terras legalmente atribuídas, segundo Miranda (2014b), há 35 áreas indígenas que correspondem a 4.157.189 ha (essas áreas não podem ser confundidas com comunidades tradicionais, são terras de posse permanente dos povos indígenas e que integram ao patrimônio da União). As Terras Indígenas estão presentes em 09 das 31 microrregiões do MATOPIBA e outras

duas microrregiões, uma na Bahia e outra no Maranhão, possuem áreas em fase de estudo; 865 assentamentos de reforma agrária, definidas pelo GITE com unidades agrícolas que seguem instruções normativas definidas e geridas pelo INCRA. Constituídos a partir da luta de movimentos sociais, sobre a tutela do INCRA, no MATOPIBA ocupam uma área de 3.706.699 ha e estão presentes em 29 microrregiões; 34 áreas quilombolas, mais conhecidas como comunidades quilombolas, uma forma de ocupação tradicional do território, reconhecida em leis como comunidades tradicionais. As mesmas tem a posse regularizada por meio do Titulo de propriedade coletiva, emitido pelo INCRA, ocupam 249.918ha, presente em 10 das 31 microrregiões do MATOPIBA e 46 unidades de conservação ocupando 8.334.679 ha, presentes em 25 das 31 microrregiões do MATOPIBA. Segundo Miranda (2014b), as maiores áreas declaradas como unidades de conservação no MATOPIBA encontram-se nas microrregiões de Barreiras (oeste baiano), Miracema do Tocantins, Rio Formoso e Jalapão, todas no Estado do Tocantins; as 4 áreas somam 51,9% das áreas de UCs e no Estado do Maranhão destaca-se também a microrregião dos Lençóis Maranhenses.

Em um quadro mais geral a região do MATOPIBA não é só rica em recursos hídricos já que é nesta região que fica uma das maiores reservas de gás natural do Brasil. Segundo Magalhães (2014), localizada no Estado do Maranhão estão distribuídas em quatro campos denominados de: Gavião Azul, Gavião Real, Gavião Branco e Gavião Branco Oeste. Até 2014, havia sido explorado apenas um campo, e já colocava o Estado na 8ª posição dos Estados produtores de óleo e gás natural do país. Este campo é o 4° maior produtor de gás natural do Brasil. Além dessas reservas existem 7.019 títulos minerários, sendo que 916 (13%) das substâncias contidas são utilizadas para a correção de solos e 54 já possuem ou estão em processo da concessão para a lavra e licenciamento, sendo estes distribuídos nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

A estrutura agrária da região do MATOPIBA é complexa[19]. Segundo Miranda (2014b), as áreas legalmente atribuídas que envolvem áreas de Unidades de Conservação, com a ocorrência de sobreposição de assentamentos de reforma agrária, áreas indígenas e quilombolas, representa 19% do território da região, já os estabelecimentos agropecuários ocupam em aproximadamente 46% do território. Isso significa que somando as áreas ocupadas por estabelecimentos e áreas legalmente atribuídas (considerando as sobreposições) totalizam aproximadamente 68% do território do MATOPIBA, os demais 32% do território é composto provavelmente por terras devolutas, que estão sendo ocupadas por posseiros camponeses ou por grandes empresários, que a partir de matriculas adulteradas falsificam escrituras, para fins de especulação do preço da terra ou para fins de empréstimos junto a bancos.

Quanto á demografia da região do MATOPIBA, como afirmou Mangabeira (2015), engloba aproximadamente, seis milhões de habitantes, alcançando uma densidade populacional de 8,07 hab/$km_{2,}$ destes 65% se encontram nas áreas urbanas e apenas 35% em áreas rurais. Dois estados se destacam por serem os extremos: a Bahia se destacando por possuir 42,13% de sua população na zona rural e o Tocantins por possuir apenas 21,83% de sua população no campo, Mangabeira (2015). Esta disparidade entre população rural e urbana, não significa que tenha havido um amplo processo de desenvolvimento da infraestrutura urbana e industrial, para absorver todo esse contingente populacional. Uma característica comum nos quatro Estados é uma infinidade de pequenas e medias cidades, que não dispõem de equipamentos sociais para atender as necessidades sociais da população.

No aspecto social, as contradições são escandalosas. Segundo Mangabeira (2015), em 2012, 829.572 famílias na região do MATOPIBA foram atendidas pelo Programa Bolsa Família, destas aproximadamente 65% estão no Estado do Maranhão. Em uma região em que exibe números expressivos de produção de riquezas, trás também a marca da desigualdade social. A riqueza produzida na região, não significa melhoria nas condições de vida da

[19] O GITE para definir, na Nota Técnica nº 6, o quadro agrário do MATOPIBA tem como base as áreas e ou territórios legalmente definidas, a grande maioria por decretos e atos de órgão e instancias da administração pública.

população. Há uma acentuada concentração de renda, segundo Mangabeira (2015), 30% do PIB da região do MATOPIBA, está concentrado em três microrregiões. O caso de Imperatriz (MA) é o melhor exemplo de concentração, a microrregião está entre as três responsáveis por 30% do PIB MATOPIBA, e está entre as microrregiões com maior número de famílias atendidas Programa Bolsa Família, é o caso também da microrregião de Barreiras (BA).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM, em 2010 segundo Mangabeira (2015), dos 337 municípios do MATOPIBA apenas 13 fazem parte do bloco nacional dos municípios com um IDHM alto, 161 municípios com IDHM médio e 160 municípios com IDHM baixo e 03 com IDHM muito baixo. De acordo com Mangabeira (2015) a maior parte das microrregiões do MATOPIBA apresenta nível baixo e muito baixo de desenvolvimento. Apenas 12 microrregiões apresentam um nível mais elevado de desenvolvimento. O que se constata, é que as microrregiões com nível de desenvolvimento mais elevado não são as microrregiões em que o agronegócio já se encontra consolidado há mais tempo. Essa informação desmente o discurso, de que o agronegócio promove o desenvolvimento social para a população.

A mais antiga fronteira agrícola no cerrado nordestino se desenvolveu no Oeste baiano, desde a década de 1970, com a supressão acelerada da vegetação nativa e exploração do cerrado para a produção de *commodities*. Consolidou-se ai uma agricultura altamente mecanizada com tecnologias avançadas, entre elas de irrigação. Registraram-se, também nesse período, em algumas cidades e distritos, um crescimento demográfico desproporcional a infraestrutura social e as oportunidades de empregos, oferecidas pela agroindústria, acentuando desta forma as desigualdades sociais. As riquezas produzidas nesses polos transformaram significativamente as áreas urbanas e rurais. Porém não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Enquanto território começou-se, a discutir o MATOPIBA ainda em 2013, segundo o Miranda (2014a), a demanda foi apresentada por órgãos governamentais, no sentido de melhor orientar as políticas públicas e privadas, motivados, sobretudo, pelo bom desempenho econômico apresentado pelo

agronegócio nessa região. O Estado não admite, mas o que se percebe e pesquisas realizadas comprovam, é que o agronegócio em outras regiões do país, já vem apresentando sinais de esgotamento produtivo, dos solos e dos recursos hídricos. O principal motivo, para a criação de uma “nova” fronteira agrícola é sem duvida a necessidade de o capital expandir para terras ainda não exploradas e garantir a sua taxa media de lucro.

A forma de exploração do cerrado na ocupação do MATOPIBA, afirma Miranda (2014a), será diferente do que ocorreu com a expansão da agricultura para a região Norte do país, nas décadas de 1970 e 1980, caracterizada pelo desmatamento.

> No caso do MATOPIBA, salvo algumas exceções, não ocorreram desmatamentos significativos e sim mudanças no uso e na condição fundiária das terras. As pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas anuais intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (MIRANDA, 2014a. p,2).

Nesta definição, tem algumas questões que precisam ser questionadas e debatidas. Primeiro a forma como o agronegócio já vem expandindo na região Oeste da Bahia, é caracterizada pela supressão total da vegetação nativa, é emblemático o uso do “trator correntão”[20]. Em que será diferente? Segundo, o que significa exatamente quando propõe “*mudanças no uso e na condição fundiária das terras*”, que tipos de mudanças ocorreriam no uso e nas condições fundiárias? Uma vez que, uma parcela das terras do cerrado nordestino está ocupada com a produção de *commodities*, a outra parcela das terras, pertencem aos camponeses que vem praticando a agropecuária para a manutenção da família.

A região apresenta um elevado número de pequenas, medias e grandes propriedades, que são de domínio do Estado da Bahia, isso porque, com a devolução de terras das sesmarias, essas terras foram sendo ocupadas (por camponeses e por empresas), sem que se tenha realizado um amplo processo de discriminação rural, para separar as terras tituladas das demais. A estrutura

[20] Tratores mais potentes que ligados por um correntão, arranca pela raiz todas as arvores de uma extensa área, de uma só vez. Como são arrancadas pela raiz, essas arvores, jamais brotarão novamente. Esse é um dos métodos mais destruidor da biodiversidade.

fundiária desta região é complexa e contraditória. Se por um lado, se identifica grandes propriedades ocupando centenas e milhares de hectares de terras, se verifica também que, há muitas famílias que possuem áreas muito pequenas, chamadas de minifúndios que são insuficientes para a manutenção do grupo familiar, e uma presença muito grande de famílias sem terra e ainda há quarta situação, muito própria da região Oeste, que são as áreas de fechos de pastos, que trataremos de forma mais detalhada neste trabalho.

Todo o processo de ocupação econômica da região Oeste foi subsidiado pelo Estado, e o PDA do MATOPIBA, segue a mesma linha de objetivos da ocupação iniciada na década de 1970, e os mesmos métodos, o que dificultam o crescimento da economia local, causando novos processos de conflito, expulsão de camponeses do campo e consequências semelhantes ao período anterior. Para tornar o agronegócio eficiente e adquirir uma aceitação social, iniciou-se um processo de desqualificação da atividade camponesa. Basta analisar a forma como descreveram a agricultura camponesa e a agricultura familiar, na 1ª nota Técnica elaborada pelo GITE/ EMBRAPA, em maio de 2014:

> "Ao lado do desenvolvimento desses polos agrícolas modernos existem nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, milhares de hectares ocupados por uma agricultura de baixa produtividade e pouca rentabilidade" (MIRANDA, 2014a. p,03).

Apesar desta descrição da agricultura camponesa e familiar como de "baixa produtividade e pouca rentabilidade", tem sido esta forma de produzir, que vem garantindo a produção de alimentos para o mercado interno, uma vez que a agricultura moderna mecanizada com todo o incentivo do Estado produz apenas *commodities* para a exportação. A agricultura camponesa da região, mesmo não sendo subvencionada pelo Estado, é a que ocupa maior numero de força de trabalho, segundo informações do censo agropecuário de 2006. Segundo informações do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (2011), as pequenas propriedades, com menos de 4 (quatro) módulos fiscais, ocupam 74% da mão de obra no campo, enquanto as médias e grandes, do agronegócio, mesmo ocupando 76% das terras agricultáveis, geram apenas 26% dos empregos no campo. Pode-se supor com isso, que a modernização

dessa agricultura sob a ordem capitalista significa retirar a terra dos camponeses e entregar nas mãos de empresas do capital, e reduzir o número de força de trabalho ocupada, pois pelo seu alto grau de sofisticação e tecnologia, substitui centenas de trabalhadores por uma dezena de máquinas.

Já tem ocorrido e a probabilidade é de intensificar na região: a) um crescimento acelerado das cidades que não vem acompanhada pela oferta de emprego e estrutura urbana para atender as necessidades sociais desta população migrante aumentando, com isso, a população vivendo nas periferias das cidades de pequeno e médio porte; b) novos e numerosos investimentos de recursos públicos e privados para a melhoria da infraestrutura em transporte, armazenagem, logística e energia para a produção de commodities. Toda a infraestrutura que já foi construída, ou que irá construir, não servirá para melhorar a qualidade de vida das populações locais, mas sim para aperfeiçoar e melhorar o desempenho da produção de commodities.

O conjunto das obras, em construção e ou previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC estão em alguma medida, associadas à infraestrutura para o agronegócio existente, para atender as demandas, de fornecimento de insumos para a produção agropecuária, transporte para escoar a produção e tornar estas mercadorias mais competitivas no mercado.

A forma como a região do MATOPIBA está sendo concebida é de tamanha eficiência e detalhamento, que para facilitar o acesso às informações foi criado um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica – SITE que será especifico desta região para facilitar o monitoramento e gerenciamento. O SITE será operacionalizado pela EMBRAPA e conterá todas as informações acerca da região das seguintes dimensões: o quadro natural, agrário, agrícola, socioeconômico e de infraestrutura. Não podemos esquecer que o controle da EMBRAPA é do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA que tem como Ministra nomeada em 1º de Janeiro de 2015, uma das maiores representantes do agronegócio no Brasil, eleita como senadora em 2014 pelo Estado do Tocantins.

A população urbana na região do MATOPIBA entre os anos 1991 e 2010, segundo Mangabeira (2015), aumentou em aproximadamente 80%. Esse processo foi comum em todas as microrregiões, sendo que destas, duas

microrregiões apresentaram um crescimento acima de 200% (Porto Nacional e Jalapão ambos no Estado de Tocantins). Esse fenômeno está associado, à expansão da “nova" fronteira agrícola. Em anos anteriores aconteceu o mesmo processo em outras microrregiões, em que o agronegócio já se consolidou. No mesmo período foi constatada também, uma diminuição de aproximadamente 13,5% do número da população rural da região do MATOPIBA. Isso significa que não só a população rural da região do MATOPIBA migrou para as cidades com também houve uma chegada acentuada de populações advindas de outras regiões, que foram atraídos pelas possibilidades de ampliação da atividade econômica e outros tantos trabalhadores foram atraídos pela promessa de emprego nas empresas do agronegócio.

Vale ressaltar, que a oferta de emprego no setor, não absorve todo o contingente de trabalhadores disponíveis e ainda quando absorve uma parcela, o faz em trabalho sazonal, ficando uma massa sobrante de desempregados nas periferias das pequenas e medias cidades. Ou seja, existem muitas pessoas vivendo nas cidades sem as condições de trabalho, moradia, educação e saúde, passando a vivenciar os mesmos problemas das periferias dos grandes centros urbanos. Isso revela um problema grave que é o esvaziamento do campo (concebendo o campo como espaço de vida e produção de alimentos para a cidade). Este fenômeno tem gerado um desabastecimento de alimentos nos grandes e médios centros urbanos, penalizando os mais vulneráveis, desestimulando a permanência dos camponeses no campo, facilitando cada vez mais a entrada e o avanço do agronegócio sobre o território camponês, a exploração intensiva e irracional dos recursos naturais (água, solos e biodiversidade) e da força de trabalho humana.

Um único produto a soja em 2011, foi responsável por 56% da produção de grãos na região do MATOPIBA enquanto que a produção de alimentos básicos tem sofrido uma diminuição, por três principais motivos: as terras de camponeses vêm sendo expropriadas e ocupadas com a produção de commodities, a falta de política de investimento na produção de alimentos e por último as questões ambientais, que tem afetado fortemente os camponeses,

pelo fato de estes não possuírem um sistema de produção capaz de se manter produzindo em meio a fenômenos climáticos (estiagens, e enchentes).

Entre os anos 1993 e 2011 houve um aumento considerável da produção de grãos na região do MATOPIBA, aproximadamente 499% alcançando em 2011 12.504.101 toneladas, considerando que o conjunto dos quatro Estados já possui uma quantidade considerada de áreas ocupadas com a produção de grãos (região Oeste da Bahia lidera a produção). Novais (2007) afirma que, a área de cerrado ocupada com a produção agrícola chegou a seu limite de expansão, e que qualquer ampliação comprometeria seriamente o ecossistema. Ainda assim, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA projeta para a região atingir até a safra de 2020/2021, 16,7 milhões de toneladas de grãos, ocupando uma área de 7,5 milhões de hectares, podendo alcançar 10,0 milhões de hectares.

Em toda a área do MATOPIBA, segundo Miranda (2015a), há 80 projetos de Pesquisas Desenvolvimento e Inovação em 27 unidades de pesquisa da Embrapa, conta com 1.1135 pesquisadores destes 687 são externos. As pesquisas estão subdivididas em cinco áreas temáticas (melhoramento genético, sistemas de produção, defesa sanitária, temas transversais e transferência de tecnologia), um investimento de R$ 124 milhões (deste recurso 57% está designado para melhoramento genético, sendo que 38% dedicam-se à pesquisa sobre a soja, o grão mais produzido e que ocupa maior faixa de terra no cerrado brasileiro).

Quanto aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2, na região do MATOPIBA entre os anos 2011 e 2014, segundo Miranda (2015a), foram investidos 87,07 bilhões de reais, 60,3 % do recurso total foram aplicados no Estado da Bahia, o que não é coincidência ser o maior produtor de grãos da região. Enquanto os recursos foram concentrados no Estado da Bahia, os outros Estados com uma maior participação em número de municípios no MATOPIBA, os três juntos totalizaram apenas 39,7 % dor recursos, o que se pode deduzir é que estes recursos foram aplicados para atender à necessidades do setor do agronegócio, e melhorar a infraestrutura e logística que possibilite potencializar ao máximo os lucros para os empresários.

É a velha prática se repetindo e o Estado subvencionando o capital monopolista deixando de lado as necessidades sociais.

Quanto à infraestrutura logística já existente na região do MATOPIBA, há uma infinidade de rodovias federais e estaduais, algumas hidrovias muito utilizadas até mesmo para o transporte de cargas, já existe certa quantia de ferrovias todas elas para o transporte de cargas e um grande número de ferrovias em construção. Quanto aos aeródromos entre públicos e privados atingem a marca de 173, segundo Miranda (2015a). O Estado da Bahia possui 72 aeródromos destes 12 são públicos enquanto que em toda a região são apenas 37 públicos.

Quanto à estrutura de irrigação, em 2013 segundo Miranda (2015a), haviam 1.544 pivôs na região do MATOPIBA, sendo que destes, 1.303 estão no Estado da Bahia. Há um dado importante a ser lembrado aqui. Estudos, realizados por especialistas, comprovam que um pivô central consome em média um litro de água por segundo por hectare irrigado, sendo que apenas a metade é aproveitada, afirma Novais (2007). Se for feito o cálculo do que isso significa de consumo e desperdício de água pelo agronegócio é assustador. Supondo-se que cada pivô irrigue 100 ha, o Estado da Bahia no MATOPIBA possui 1.303 pivôs. Se os 1.303 pivôs funcionarem 4 horas por dia, irrigando 100 ha cada, em seis meses isso levaria a um consumo de 11.257.920.000 de litros de água doce e por muitas vezes inacessíveis para as populações mais vulneráveis.

O consumo de água, por pivô central, instalados na região, para manter as lavouras de soja, milho, algodão herbáceo e pastagem para a pecuária intensiva, nos períodos de estiagem tem causado graves problemas de abastecimento de água, para as populações das cidades da região. O risco de desabastecimento de água para o consumo humano torna-se cada vez maior. Tem-se o exemplo a cidade de Correntina que em 2014, nos meses de agosto e setembro chegou ser proposto o racionamento de água pela população urbana, os rios registraram níveis baixíssimos nunca visto pela população. Em nenhum momento se propôs o desligamento de algum pivô ou diminuição do volume de água retirado dos mananciais, pelo contrário, a cada dia só aumenta as solicitações de outorga de água e licenças para supressão do cerrado,

concedidas pelos órgãos ambientais (Secretaria Estadual e Municipal de Meio Ambiente e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA) para a implantação de mais pivôs.

No quadro social e agrário, segundo Fonseca (2015), há na região do MATOPIBA 250.238 estabelecimentos rurais, (número questionável, pois muitas famílias camponesas ainda permanecem sem o titulo de domínio de suas terras), com 288 mil km^{2,} sendo que aproximadamente 15% são maiores ou igual a 100 ha e 85% são menores que 100 ha. Em media 80% dos estabelecimentos são considerados muito pobres, detém apenas 5,22 da renda bruta, enquanto que 0,42% são considerados ricos, concentram 59,78% da renda bruta da região (estes são comumente citados como exemplos de empreendimentos agrícolas bem sucedidos, não citam que estes 0,42 são ricos em detrimento dos 80% muito pobres. Também não informam que os 80% muito pobres não tem acesso aos recursos públicos, pelo contrario, são expropriados, enquanto os muito ricos são subsidiados pelo Estado).

Ao final de muito estudo como afirma o GITE, recomendam algumas ações para a região do MATOPIBA e que constam no Relatório. No cenário natural:

> •Adensar rede agrometeorológica e criar serviço de previsão para principais cadeias produtivas (INMET)
> •avaliar a natureza e a disponibilidade de recursos hídricos para ampliar a irrigação (ANA/EMBRAPA)
> •mapear o potencial ainda existente para ampliação da grande agricultura mecanizada (GITE-EMBRAPA)
> •um programa para alavancar a exploração das jazidas locais de fertilizantes minerais
> •concluir o mapa de aptidão dos solos (EMBRAPA). (MIRANDA, 2015a. p, 128).

Em momento algum se propõe de fato alguma ação sustentável, todas as proposições são no sentido de potencializar ainda mais os ganhos do grande capital monopolista representado aqui pelo agronegócio. Enquanto que no quadro agrário a falta de clareza da objetividade das ações e a total ignorância quanto às famílias camponesas que não são Indígenas ou Quilombolas é intencional e traz a dúvida do que de fato estão propondo para os territórios destas famílias.

> **Agenda para o quadro agrário: melhorar a governança fundiária**
> •resolver a questão de áreas especiais sobrepostas às áreas tradicionais ou de expansão da agricultura;
> •gerir e evitar novos conflitos com a agricultura das demandas indígenas, quilombolas, ambientais e agrárias;
> •definir situações prioritárias para melhorar a governança fundiária e agrária (proatividade regional);
> •modernizar procedimentos e órgãos estaduais na área ambiental e agrária;
> •aumentar a produção nos assentamentos agrários (MIRANDA, 2015a. p,129).

No quadro agrícola é explicito o direcionamento para as grandes propriedades empresariais e o uso intensivo de tecnologias e a construção de um processo de centralização e concentração da produção, o que trará como consequência a exclusão de muitos camponeses do processo de produção como produtor direto.

> **Agenda para o quadro agrícola: aumentar a produtividade e a renda dos agricultores com tecnologia**
> •reequilibrar e priorizar a agenda da pesquisa:
> –cadeias produtivas regionais
> –cenários evolutivos mais desejados
> •fomentar a adoção das inovações no conjunto das atividades agropecuárias (ater), com estratégia territorial (foco) e social (mobilidade)
> •irrigação e armazéns: plano, orientação técnica, financiamento, regras de outorga e licenciamento
> •estratégias intra e interestados para fomento e verticalização da produção agropecuária (MIRANDA, 2015a. p,130)

As propostas para a infraestrutura são imprecisas, não revelam o que de fato se pretende realizar na região do MATOPIBA:

> **Agenda para a infraestrutura: definir projetos prioritários em energia,**
> **Telecom e infraestrutura**
> •sistema integrado de inteligência logística em base territorial (epl, dnit, pac, mpog, pil...)
> •prioridades de investimentos públicos e oportunidades de investimentos privados em logística (cna, cni, macrologística...)
> •projeto caminhos da safra (cenários) (MIRANDA, 2015a. p, 131).

As propostas de a infraestrutura para o transporte de cargas essa sim foi à exaustão em proposições:

> 1 - Hidrovia do Tocantins

> a.Terminar a construção da Eclusa do Lajeado;
> b.Construir a Eclusa de Estreito;
> c.Construir a barragem de Marabá com eclusa;
> d.Derrocar o Pedral do Lourenço;
> e.Dragar de Marabá até o Pedral do Lourenço;
> f.Dragar de Tucuruí a Barcarena;
> g.Implantar novo canal ao Porto de Vila do Conde
> (Com 20 m de profundidade permitirá operar navios CAPE SIZE com redução do custo do transporte transoceânico até a Ásia em US$ 15,00/ton ou a valor do cambio atual R$ 45,00/tonelada).
> 2 - Concessão do trecho da Ferrovia Norte-Sul compreendido entre Açailândia (MA) e o Porto e Vila do Conde;
> 3 - Concessão do trecho da Ferrovia Transnordestina entre Eliseu Martins e o Porto de Vila do Conde;
> 4 - Recuperação total da Rodovia BR 020 entre Barreiras e Fortaleza e, em seguida, fazer a concessão de trechos;
> 5 - Recuperação do Rio São Francisco;
> 6 - Recuperar a BR 230 de Carolina (MA) a Picos (PI);
> 7 - Recuperar a BR 226 de Araguaína (TO) a Teresina (PI);
> 8 - Recuperar a BR 010 de Açailândia (MA) a Barcarena (PA);
> 9 - Recuperar a BR 135 de S. João dos Patos a S. Luís (MA);
> 10 - Acelerar a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste ligando Barreiras (BA) a Figueirópolis (TO);
> 11 - Recuperar a BR 337 entre Araguacema e Palmeirante (TO);
> 12 - Recuperar e terminar BR 242 Barreiras (BA) a Gurupi (TO);
> 13 - Implantar a BR 330 ligando Balsa (MA) a Bom Jesus (PI). (MIRANDA, 2015a. p, 132,133,134)

Alem das proposições acima citadas, há outras que os povos na Carta Aberta dos Povos do Cerrado (2015)[21]. Esse documento denuncia os danos que alguns empreendimentos vêm causando e que causarão, ainda mais, às populações e ao meio ambiente: as facilidades e o aumento da compra de terra por estrangeiros, a conclusão da transposição do Rio São Francisco e transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco; as autorizações indiscriminadas e irresponsáveis para novos desmatamentos e outorgas de água para a irrigação de monoculturas; construção das barragens de Marabá, Serra-quebrada, Santa Isabel, Perdida Dois e Rio do Sono; projetos de asfaltamento de estradas em terras indígenas (TO-126, TO-010, TO-500) e abertura da Transbananal; a ferrovia de Integração Oeste-Leste a FIOL que ligara o Estado do Mato Grosso, passando por Tocantins e pelo Oeste da Bahia ao Porto de Ilhéus na Bahia, a ferrovia Norte-Sul e o Porto de Itaquí-MA.

[21] Ao final do I Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado, realizado em Araguaína – TO, no mês de novembro de 2015, foi lançada uma Carta Aberta à Sociedade Brasileira e à Presidência da Republica e ao Congresso Nacional sobre a destruição do Cerrado pelo MATOPIBA, denunciando e repudiando as violências atrocidades cometidas por que está empenhado a implantar o PDA MATOPIBA.

Todos esses empreendimentos foram impostos de cima para baixo, em nenhum momento as comunidades, que sofrerão as consequências e pagarão o ônus, foram consultadas.

Outras ações no campo legal também foram estruturadas pelo grande capital e que dentro da estratégia de expropriação dos povos do campo facilitam a acumulação do agronegócio. Na Carta Aberta dos Povos do Cerrado 2015, denunciam também, como um retrocesso nos direitos adquiridos pelos povos indígenas e comunidades quilombolas, a Proposta de Emenda Constitucional PEC 215, que transfere para o poder legislativo a competência de demarcar as terras indígenas e quilombolas; a Portaria 303, que propõe estender para todas as terras indígenas, as condicionantes aplicadas à área indígena Raposa Serra do Sol; a PEC 237, que dá maior agilidade e facilidade para o arrendamento de terras indígenas e o Projeto de Lei nº 1610 que trata da regulamentação da mineração. Todas essas medidas foram bem orquestradas para fragilizar e diminuir a resistência das comunidades camponesas, quilombolas e indígenas facilitando a invasão e o saque cada vez mais violento dos recursos das comunidades e facilitando a exploração da força de trabalho, recorrendo com maior frequência a formas de trabalhos extremamente degradantes chegando até ao trabalho análogo a escravidão.

Muitas das proposições acima citadas já estão em fase de conclusão, outras ainda em andamento, são financiadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2. Em muitas comunidades camponesas, essas obras têm violado muitos direitos das populações e gerado grandes conflitos agrários, envolvendo empresários e camponeses. Para os povos do Cerrado o projeto é definido como inimigo, “não é um projeto de desenvolvimento sustentável, pois “mata” a água, a terra, o bem viver de povos indígenas, quilombolas e camponeses;” (CARTA ABERTA DOS POVOS E COMUNIDADES DO CERRADO. 2015, p.02.).

No I Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado, realizado em Araguaína – TO, no mês de novembro de 2015, para discutir o PDA MATOPIBA, foram relatados pelas famílias que após o inicio de implantação do plano na região do MATOPIBA houve um aumento significativo da grilagem de terras, da violência física e psicológica contra as comunidades indígenas,

quilombolas e camponesas, aumento também da destruição ambiental ameaçando o modo de vida dos povos tradicionais, problemas hídricos, maior concentração e centralização de capitais e ampliação das desigualdades sociais.

Ainda ressaltam que o PDA MATOPIBA só irá consolidar o poder econômico e político dos latifúndios representados pela bancada ruralista e um instrumento para cumprir as promessas eleitorais da senadora Kátia Abreu, atual Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Em nome de um desenvolvimento o Estado tem sido implacável na imposição da força, mais uma vez, o gestor e executor das ações representando o grande capital para instalar no campo uma situação de barbárie e caos ameaçando as vidas e o modo de vida de comunidades inteiras. Vale aqui citar um caso relatado na Carta Aberta dos Povos do Cerrado 2015:

> Como lamentável exemplo, citamos a situação de Campos Lindos e a expulsão da agricultora Dona Raimunda e sua Comunidade, moradores a mais de 62 anos na sua terra, no município de Barra do Ouro. O Juiz Lautom Bezerra, da Comarca de Goiatins (TO), emitiu ordem judicial de despejo a pedido do grileiro e sojicultor Emilio Binotto.(CARTA ABERTA DOS POVOS E COMUNIDADES DO CERRADO, 2015. p,03).

Uma das principais contradições do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, que propõe melhorias nas condições de uso da terra, não revela que milhares de comunidades que possuem a posse centenária de terras no bioma Cerrado vêm lutando para a regularização de seus territórios, junto ao Estado, que ao contrario de realizar ações discriminatórias das terras, permite que a grilagem e os conflitos no cerrado nordestino se multipliquem. Um exemplo emblemático é o Estado da Bahia, que mesmo sendo um Governo tido como de esquerda, tem mantido as situações mais contraditórias. Existe uma matrícula de titulo de terra que foi adulterada, a matrícula Nº 2.280[22],

[22] Matrícula correspondente á registro da “Fazenda Passagem Funda, que no ano de 1980, foi retificada na comarca de Santa Maria da Vitoria, passando de pouco mais de 2.000,00 hectares, para mais de 400.000,00 hectares, compreendendo os municípios de Santa Maria da Vitoria, Correntina, Jaborandí e Coribe, engolindo povoados inteiros, pequenos imóveis rurais ocupados por posseiros e áreas secularmente exploradas por trabalhadores rurais em sistema coletivo e extensivo, conhecido como Comunidades de Fechos de Pastos” (Coordenação de Desenvolvimento Agrário-BA Ação Discriminatória Administrativa Rural: Gleba Clemente/ Vereda do Rancho, 2012. Fl. 16).

grilando milhares de hectares de terras públicas, terras estas que em grande maioria estão em pose de comunidades camponesas principalmente de Fecho de Pasto (comunidades tradicionais comum no Oeste do Estado).

A prática comum na região, conhecida como grilagem, caracteriza um processo de usurpação das terras públicas de domínio do Estado. Ainda assim, o órgão competente para zelar dos interesses do Estado, se omite em cumprir a lei e anular a validade da usurpação. Há anos que o processo de casacão da matrícula nº 2280 está arquivado, na Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE. Além de não cassar a matrícula, a PGE ainda declarou inconstitucional a titulação de áreas coletivas para comunidades tradicionais Quilombolas, de Fundos e Fechos de Pastos, paralisando os processos de regularização das áreas coletivas em áreas de cerrado. Há inúmeras comunidades em situação de conflito com empresas monocultoras, e o Estado sendo o único com competência para resolver, se esquiva de agir e realizar de fato uma discriminatória de todas as terras devolutas do Estado. Isso não seria solução dos problemas das comunidades camponesas, mas seria um passo importante para minimizar os conflitos agrários.

3.3 As contradições da microrregião de Santa Maria da Vitória

A região de Santa Maria da Vitória no Estado da Bahia está localizada no extremo da região oestes, o bioma predominante é o cerrado com presença de áreas de transição e caatinga, composta por nove municípios (Canapólis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandí, Santa Maria da Vitoria, São Felix do Coribe, Santana e Serra Dourada). É a 7ª maior produtora de soja da região do MATOPIBA com uma produção de 310.752 toneladas de grãos. Em 2012 dados do GETI (2015), foi eleita como a região prioritária para implementação do PDA do MATOPIBA, o que não é de causar estranheza visto que esta é a região na Bahia com maior presença das comunidades tradicionais de Fechos de Pasto, que detalharemos um pouco mais em outro momento. Aproximadamente 59% da sua população é rural e está entre as seis regiões com maior população rural do MATOPIBA. Possui, segundo Miranda (2015b), 15.595 estabelecimentos rurais, sendo 14.242 com tamanhos inferior ou igual a

100 ha, ocupando uma área de 37.681,99 km^2, e 1.353 com área superior a 100 ha, abrangendo uma área de 37.681,99 km^2. Em torno de 9% da população ocupa a mesma quantidade de terras que todas as outras 91% o que demonstra a concentração de terras marca fortemente esta região. A grande maioria dos agricultores são classificados, como pobres. Segundo Miranda (2015b) e 12.981 produzem até dois salários mínimos, 1.985 têm uma renda bruta entre dois e dez salários mínimos, 522 com renda bruta entre dez e duzentos salários mínimos e 107 com renda bruta igual ou superior a duzentos salários mínimos. Se compararmos os mais pobres com os mais ricos a desigualdade é enorme. Supondo-se que os 12.981 mais pobres tivessem uma renda bruta de dois salários mínimos atingiriam 25.962 s/m, enquanto apenas 107 dos mais ricos alcançariam 21.400 s/m. Isso prova que não só a terra esta concentrada mais também a renda. Outro elemento é que o tamanho das áreas dos mais pobres é insuficiente para alcançar uma produção significativa, sendo que em áreas de cerrado pelas características dos solos os processos de correção para a agricultura são dispendiosos e como a agricultura camponesa e pequena agricultura não têm acesso a subsídios.

A microrregião de Santa Maria da Vitorias, segundo Miranda (2015b), foi a quarta maior produtora de grãos em 2011, e também a quarta em maior produtividade. Possui 321 pivôs para irrigar 30.963,19 ha, utilizando água doce, sendo que estes tem um aproveitamento de apenas metade da agua consumida; Ocupa o segundo lugar em número de armazéns e o quinto em capacidade de armazenamento da produção. Em 2010 alcançou um Produto Interno Bruto - PIB de R$ 1.538.010,62 e um PIB per capita de R$ 8,63 mil. Quando se trata do agronegócio os índices são elevados, porém quando se trata de serviços básicos para a população os números são escandalosos, de acordo com informações de Miranda (2015b). Em 2013 havia na microrregião 59 Unidades Básicas de Saúde, ou seja, há maior número de armazéns para estocar a produção do que unidades de saúde para atender à população. Em 2012 o Programa Bolsa Família atendeu 29,185 famílias da microrregião, o que mostra que o desenvolvimento econômico não significa desenvolvimento social.

Uma microrregião com um PIB altíssimo é contraditório haver tantas famílias acessando o Programa destinado para famílias de baixa renda. Essa é uma constatação comum em todos os lugares em que o agronegócio de instala, uma produção de riquezas altíssima e uma produção de desigualdades sociais assustadora. Isso porque a produção capitalista é marcada pela concentração e centralização da riqueza, expropriação dos trabalhadores e saque dos recursos naturais dos povos e comunidades.

3.4 As comunidades Tradicionais de Fechos de Pasto e o MATOPIBA

A criação de gado bovino, praticada há séculos pelos camponeses, segundo Darcy Ribeiro (1995), iniciou com os grandes fazendeiros que criavam de forma extensiva. Os vaqueiros que cuidavam do gado bovino recebiam seu pagamento em novilhas e assim foram se formando os rebanhos dos geraiseiros/fecheiros, que por não possuírem terra suficiente, criavam o gado solto nas áreas de pastagem nativa. Com o avanço do agronegócio sobre o cerrado a cultura foi fortemente impactada e as áreas de pastagem nativas onde o gado pastava, são na atualidade, grandes campos ocupados por soja, milho e algodão. O gado foi sendo sitiado em locais não atrativos para a grande produção levando ao enfraquecimento dessa atividade.

Há ainda muitas comunidades que resistem praticando a agricultura para a manutenção da família e venda do excedente e criando o gado bovino, e tem sido essa diversidade da produção que tem garantido a permanência desses camponeses em seus territórios, ainda que encurralados pelas empresas do agronegócio. Essas famílias construíram uma autonomia relativa em relação ao modelo de agricultura implantado na região, um pouco diferente dos camponeses que se formaram no entorno dos engenhos de açúcar do Nordeste retratados por Oliveira (1981).

Ao longo desse trabalho se pode verificar que o Estado por meio de seus equipamentos e instituições, está a serviço da estratégia do grande capital, contrariando os interesses das populações. O PDA do MATOPIBA está inteiramente empenhado em atender os interesses do agronegócio, ameaçando as comunidades tradicionais.

Para Barreto (2012), as comunidades de Fechos de Pastos, foram se formando nesta região a partir dos anos 1850 com a ocupação do território por trabalhadores empobrecidos, indígenas, remanescentes de quilombos que foram povoando, sobretudo, as margens dos rios, onde cultivavam os alimentos para a manutenção das famílias e soltavam o gado bovino para pastar nos tabuleiros, gerais que posteriormente se transformaram em Fechos de Pastos.

Há ainda outros pesquisadores que fazem uma relação dessas comunidades com a crise da cana-de-açúcar no litoral do Estado e abandono de sesmarias. Os rebanhos foram formados a partir das reses que os vaqueiros recebiam dos fazendeiros como forma de pagamento pelo trabalho de zelar do gado. Os animais pastavam até onde pudessem caminhar e não havia nenhum limite ou cerca. Estes eram reconhecidos apenas pela marca do ferro. Utilizava-se cercar as plantações para evitar a entrada do gado, cercas que eram feitas de galhos secos/batume, pedras ou pedaços de madeira.

Segundo Barreto (2012), com o passar dos anos os camponeses começaram a ampliar o plantio de pastagens adaptadas e gramíneas para alimentar o rebanho, que a partir de então pastavam nas áreas coletivas e soltas, em media cinco meses por ano em períodos alternados. Essas áreas estavam localizadas distante das residências entre 10 e 80 km. Os rebanhos eram privados, porém a terra não possuía um dono.

> O gado era solto nas frentes das roças, áreas de uso coletivo, terras comunais denominadas pelas famílias camponesas da região como “os Gerais”. [...] Grandes extensões de terras que iam das roças até as cabeceiras dos rios, fazendo divisa com os Estados de Goiás e Minas Gerais. Todas estas terras eram usadas pelas famílias camponesas, para a criação de seus animais, não existindo limite, o gado pastava por onde queria (BARRETO, 2012 p,10).

Para enfrentar a expropriação os camponeses passaram a se organizar em pequenos grupos familiares e por afinidades para garantir a manutenção da posse, “aproveitando, os riachos, córregos, rios, e morros, completando o fechamento com a cerca de arame farpado, formando assim os vários Fechos “fechos de Pasto” de uso coletivo” (BARRETO, 2012. p,10).

As comunidades camponesas hoje reconhecidas pelo Estado da Bahia, através da Secretaria de Promoção e Igualdade Racial - SEPROMI, como Comunidades Tradicionais de Fundos e Fechos de Pastos, organizam-se em territórios de uso coletivo, mantendo a vegetação nativa preservada para: o pastoreio do gado bovino, de forma extensiva, o extrativismo de frutos, ervas, mel, matéria prima para artesanato e para a manutenção de nascentes e riachos. A realidade fundiária desses territórios e regida até então pela posse de médias e grandes extensões de terra.

Tomamos como exemplo, uma área de aproximadamente três mil hectares sendo manejada (usada) pela comunidade, (há uma diversidade de realidades, com áreas de fechos maiores e menores). Essas comunidades em sua grande maioria estão organizadas em associações comunitárias de posseiros, que dentre outras finalidades buscam a regularização dos territórios junto à Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão do Estado responsável pelas regularizações de terras no Estado da Bahia.

A cooperação entre esses grupos e com outros grupos são características importantes e demonstram uma forma muito particular de se relacionar entre si, com a terra e a natureza. O arame farpado que é símbolo de concentração de terras pelos fazendeiros, para essas comunidades é símbolo de resistência e instrumento para demarcar o território, uma tentativa de impedir a invasão do agronegócio.

A grande maioria das famílias possuem outras áreas, além destas coletivas e que geralmente formam minifúndios. Estas áreas são particulares e distantes das áreas coletivas, entre 20 a 25 quilômetros. São áreas mais próximas ao rio, onde é possível praticar a agricultura. Algumas dessas áreas são tituladas com documento de domínio, outras permanecem apenas com documentos de posse.

Segundo Barreto (2012), essas comunidades camponesas do cerrado baiano cultivam milho, feijão, arroz, banana, mandioca, cana-de-açúcar, coco da Bahia, batata doce, melancia, abobora, manga, goiaba, laranja, limão, abacate, pinha, acerola, hortaliça, mamão, tamarindo, jaca, grande produção de frutos nativos, pequi, buriti, caju, cagaita, grão de galo, araticum, coco Catolé, coco gueiroba, pulsar, croadinha entre outros. Sempre foi grande a

produção de rapadura, açúcar mascavo, melaço, doce em caldo e de corte, queijo, requeijão, cachaça destilada, farinha, polvilho doce, criação de gado (principal atividade das comunidades de Fecho de Pasto, porem não a única) e animais de pequeno porte como galinha, pato, porco e outros.

Essas comunidades também se destacam por manter a prática de preservação do bioma cerrado e manutenção de nascentes, riachos, veredas e brejos. Há a constatações de que o cerrado tem se mantido preservado graças a esse modo de vida e produção e isso pode ser afirmado, pois apenas nessas áreas se encontra ele está preservado. Esse dado não é considerado importante, pois segundo a EMBRAPA essas comunidades e sua agricultura como pouco desenvolvida e com baixa produtividade. Entretanto, graças a essas áreas que os mananciais são abastecidos para manter milhares de hectares irrigados para produzir *commodities*.

Segundo Barreto (2012), com o avanço do agronegócio sobre áreas de cerrado, se ampliou a prática de expropriação de terras dos camponeses por meio da grilagem, levando muitos camponeses e perderem seus fechos. Para esse autor, a manutenção do Fecho é uma condição imprescindível tanto para a manutenção do bioma cerrado, quanto para evitar o empobrecimento massivo do campesinato da região, “uma vez que a economia de maior relevância é a criação de gado, o que sem o acesso às áreas coletivas a atividade estaria inviabilizada” (BARRETO, 2012. p,11).

Com a criação do MATOPIBA, a ameaça recaiu diretamente sobre os territórios das comunidades tradicionais de Fechos de Pastos, por estarem com a posse das áreas ainda preservadas, para muitos um grande vazio, estas se transformaram no principal o alvo para a expansão do agronegócio. Isso ocasionou a instalação de uma infinidade de conflitos agrários. Por se tratar de áreas públicas, devolutas o Estado é o único que tem competência para dirimir qualquer impasse. Porém, como já mencionei em outro momento neste trabalho, o Estado é omisso e irresponsável, quando o assunto é garantir direitos de trabalhadores. Este é o caso, por meio da PGE Bahia, o Estado se nega a emitir titulo de domínio para as comunidades Tradicionais de Fechos e Fundos de Pastos, com a alegação de ser esta medida inconstitucional. Porém não admitem ser inconstitucional não cassar de imediato a matrícula 2.280,

uma matrícula de escritura falsa que deu origem a boa parte das grilagens de terra na região oeste da Bahia. Somado a isso não realiza Ação Discriminatória Administrativa Rural[23] das áreas em conflitos, e como um jogo muito bem orquestrado, a EMBRAPA, com sua equipe renomada, nega a existência dessas comunidades, tornando-as invisíveis perante os olhos gananciosos do grande capital.

O que é de provocar estranheza é que a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial do Estado da Bahia publicou no Diário Oficial de 20 de agosto de 2015, a Portaria nº 33, de 12 de agosto de 2015, certificando 10 comunidades como Comunidade Tradicional de Fecho de Pasto, todas no município de Correntina-BA. Se o próprio Estado reconhece a existência destas comunidades é uma contradição que ele mesmo, Estado, negue a existência do território destas comunidades, e há muitas outras comunidades em processo de reconhecimento e autoidentificação.

Na microrregião de Santa Maria há muitas comunidades com processos de Ação Discriminatória Administrativa Rural, parados na Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (CDA/ SEAGRI). Isso se deve, em grande medida, a pressão dos ruralistas e latifundiários que há anos não realiza nenhuma ação, enquanto que juízes de comarcas da região e órgão ambientais expedem licenças para supressão da vegetação em áreas de Fechos de Pasto e empresas adquirem empréstimos em bancos públicos para aplicar em área grilada de camponeses. Há constantes ameaças contra a vida de camponesas e camponesas por homens armados, nas áreas e nas residências, pelo simples fato de defenderem seus territórios e há forte violência de policiais contra jovens de comunidades de Fechos de Pastos. As comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e PDA do MATOPIBA são coisas antagônicas, caso seja implantado o PDA, as

[23] Processo administrativo realizado pelo órgão do Estado, competente para regularização de terras, no caso do Estado da Bahia, a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CAR. O processo consiste em fazer uma separação das terras publicas das terras privadas. Em casos que envolva conflito, se realiza uma busca cartorial para identificar possíveis donos. Quando quem reclama o domínio não apresenta provas documentais validas, se conclui que aquela terra é devoluta e por tanto, publica. Nesses casos a legislação possibilita a regularização. Como se trata de grandes extensões de terra, a legislação dificulta o processo de regularização.

comunidades tem sua reprodução comprometida e corre sério perigo de extinção.

CONCLUSÃO

O processo de consolidação do modo de produção capitalista, foi e ainda, é marcado por fortes conflitos entre trabalhadores e capitalistas, e isso não é diferente com os camponeses. Desde a sua gênese, denominada por Marx (1985), de acumulação primitiva se registrava lutas entre servos (camponeses) e senhores (proprietários fundiários), sobretudo quando os senhores acentuaram a exploração o que leva a ampliação dos conflitos entre os senhores e camponeses que resistiam. Nos dias atuais na fase madura do capital, é forte a resistência e o enfrentamento protagonizado pelo campesinato contra o avanço do agronegócio no campo. A violência desempenhada pelo capital contra os trabalhadores é cada vez mais qualificada e aparelhada pelos equipamentos armados do Estado.

A historia não se repete, porém, conserva elementos comuns a outros momentos históricos. Na história contemporânea e especialmente na região Nordeste, estão presentes muitos elementos de nossa historia, principalmente no decorrer do século XX, quando se construíam todas as possibilidades para desenvolver a indústria da região sudeste em detrimento e empobrecimento da economia agrária de outras regiões. Principalmente na região nordeste, quando as medidas de apropriação do excedente social já não eram mais suficientes para manter as taxas de lucro do capital industrial, se criou medidas para a migração de capitais do sul e sudeste para o Nordeste, mantendo assim a economia agrária nordestina sob o controle do capital industrial com seu centro na região sudeste. Esse processo se torna mais intenso ao longo dos anos, na década de 1970 e se aprofunda ainda mais com a expansão da fronteira agrícola para o cerrado brasileiro, que outra vez é invadida por empresário e fazendeiros sulistas em sua grande maioria dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Esses empresários contavam com incentivos e financiamento do Estado e mais uma vez, o saque dos recursos naturais dos povos nordestinos são colocados a disposição para quem tem capital. Atualmente a expressão mais contundente disso é o Programa de Desenvolvimento Agrário PDA para o MATOPIBA. Nada mais é do que a continuidade da velha política agrária que o Estado brasileiro sempre sustentou e que iniciou com a colonização,

aprofundada com a ditadura militar e relançada pelos governos neoliberais expressas aqui pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

O que se pode concluir é que o modo de produção capitalista representado no campo pelo agro e hidronegócio, destrói todo o equilíbrio entre ser humano e natureza, promove a destruição de toda a biodiversidade, expropria e explora o homem de todas as formas, produz riquezas, ampliando e aprofundando as desigualdades sociais.

No Decreto Nº 8.447 - 06/05/2015 a Presidenta Dilma, promete a promoção do desenvolvimento econômico sustentável para melhorar a qualidade de vida da população, porem não perguntaram às populações se elas querem esse tipo de desenvolvimento proposto, também não externalizou o quanto custará para as comunidades camponesas a implantação do PDA MATOPIBA. Menos ainda quantas famílias serão expulsas de suas terras e quantas comunidades e culturas deixarão de existir. O que se pode afirmar diante desse quadro, é que a expansão do agronegócio e a existência das comunidades tradicionais de Fechos de Pastos são antagônicas, o avanço de uma implica na extinção da outra.

Nunca houve uma política que possibilitasse o desenvolvimento social e econômico da classe trabalhadora, e mesmo para o campesinato que permaneceu e ainda permanece com os meios de produção, a terra, (não é possível prever por quanto tempo continuarão com acesso à terra), muito pelo contrario as medidas que têm adotado os Governos sucessivamente só tem ameaçado a condição de campesinato, em nome do desenvolvimento se expropria e empobrece milhares de trabalhadores.

Para o Serviço Social, é de grande relevância se apropriar e aprofundar do tema da questão agrária, pois esta implica diretamente em muitas das expressões da questão social, com as quais atuamos diariamente no exercício profissional. A região do MATOPIBA, como “nova” fronteira agrícola, para o desenvolvimento do agronegócio, está sendo o cenário de inúmeros conflitos agrários, muitos casos de violação de direitos de centenas comunidades camponesas. Todo esse processo caberá uma reflexão critica e aprofundada para que possam construir soluções, e o Serviço Social, reúne todos os requisitos e capacidades para tal reflexão, e por outro lado significa, uma

oportunidade impar para um aprofundamento das pesquisas e nas elaborações, acerca da questão agrária e todos os seus rebatimentos na questão social. Além do mais, quanto uma profissão que tem um histórico de atuação, o Serviço Social, terá muito a contribuir no processo de organização das comunidades e conscientização das populações, para a defesa dos territórios e dos direitos conquistados.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Rômulo Barreto de.**Traços da história econômica da Bahia no último século e meio.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XI Nº 19 Janeiro de 2009. Salvador, Bahia, 2009. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php>. Acesso em14 de março de 2016.

BARRETO, Eldo Moreira. **Os Fechos "Fechos de Pasto", terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado.** Bahia, 2012. Disponível em:<http://www.mpabrasil.org.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

BIOESTE. **O Oeste Baiano.** Disponível em: <http://www.biooeste.org.br.>. Acesso em 24 de maio de 2015.

CARDOSO, Evanildo Santos. **Dinâmica e evolução da paisagem no município de Barreiras – BA.** Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php >. Acesso em 14 de março de 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. e COSTA, Francisco de Assis. Campesinato In: CALDART, Roseli (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 115-122.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário brasileiro. *In*: **Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Edição especial: julho de 2013. p. 31-43.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Sistemas computacionais utilizados na estruturação do SITE MATOPIBA**. 3ª Nota técnica, EMBRAPA, Campinas, 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

CASTRO, Elisa G. Juventude do Campo In: CALDART, Roseli (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 439-444.

Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (CDA/ SEAGRI): **Ação Discriminatória Administrativa Rural**: Gleba Clemente/ Vereda do Rancho Município de Correntina-BA, 2012.

DALTIO Jaudete, **Infraestrutura de Dados Espaciais do MATOPIBA.** 4ª Nota técnica, EMBRAPA, Campinas, 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento. Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro v.1, n.2, jan/abr e mai/ago. 2010. Disponível em: < http://www.desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/>. Acesso em 20 de maio de 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *In*: **Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Edição especial: julho de 2013. p.61-68.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária e Agronegócio no Brasil. In: Carter, Miguel (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 81-112.

DELGADO, Guilherme Costa. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 04 de junho de 2015.

DIAS, Elder. **O Cerrado está extinto e isso leva o fim dos rios e dos reservatórios de água.** Jornal Opção. Edição 2048 de 05 a 11 de outubro de 2014. Disponível em: < http://www.jornalopcao.com.br/edicao/edicao-2048>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

FONSECA, Marcelo Fernando. **MATOPIBA: Caracterização do Espaço Agrário.** 6ª Nota técnica, EMBRAPA, Campinas, 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

GARAGORRY, Fernando Luís. **MATOPIBA: Quadro Agrícola.** 7ª Nota técnica, EMBRAPA, Campinas, 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

FERNANDES, Raony Chaves, Lobão, Jocimara S. Britto e Vale, Raquel de M. Cardoso. **Oeste Baiano da agricultura familiar à agroindústria.** Disponível em <www.bahiaflaneur.net/blog2/wp-content/uploads/.../agroindustrie> Acesso em 24 de maio de 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Companhia Nacional, 1971.

HEREDIA, Beatriz. Palmeira, Moacir e Leite, Sérgio Pereira. **Sociedade e economia do agronegócio no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

I ENCONTRO REGIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES DO CERRADO. **Carta aberta à Sociedade Brasileira e à Presidência da Republica e ao Congresso Nacional sobre a destruição do Cerrado pelo MATOPIBA.** Araguaína – Tocantins, 25 de novembro de 2015.

ILARIO. Clayton Gomes, **A região agrícola competitiva do Oeste Baiano.** <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/44> Acesso em 20 de junho de 2015.

INSTITUTO SOCIEDADE POPULAÇÕES E NATUREZA-ISPN, **Cerrado integra natureza e cultura.** ISPN Brasília. Disponível em: <http://www.ispn.org.br>. Acesso em 14 de março de 2016.

LAVORATTI. Janes Terezinha e Moura, Bianca de C. Duarte. **Disparidades socioeconômicas no contexto agrícola do Oeste baiano.** Uberlândia – MG, 2012. Disponível em <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anaisenga2012/eixos/13841> Acesso em 24 de maio de 2015.

MAGALHÃES, Lucíola Alves. **MATOPIBA: Quadro Natural.** 5ª Nota técnica, EMBRAPA, Campinas, 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

MANGABEIRA, João Alfredo de Carvalho. **MATOPIBA: Quadro Socioeconômico.** 8ª Nota técnica, EMBRAPA, Campinas, 2015. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** O processo de produção do capital. Volume I, 2ª ed. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** O processo de produção do capital. Volume I, 26ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

MEDEIROS, Leonildes S. e Leite, Sergio P. Agronegócio. In: CALDART, Roseli (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.81-87.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/Assessoria de Gestão Estratégica. **Brasil projeções do Agronegócio2010/2011 a 2020/2021**. Brasília, 2011.

MIRANDA, Evaristo E. de, MAGALHÃES, Lucíola A. e CARVALHO, Carlos A. de. **Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA**. Nota técnica 1. Campinas: EMBRAPA, 2014. Disponível em: <http:www.cpac.embrapa.br> Acesso em 08 de outubro de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de, **Um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica Para o MATOPIBA**. 2ª Nota técnica. EMBRAPA, Campinas, 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

_____. **O campo na classe média: MATOPIBA Indicação de microrregiões e Cadeias produtivas prioritárias.** Grupo De Inteligência Territorial Estratégica (GITE). junho de 2015. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

_____. **MATOPIBA Caracterização, Agendas e Agência.** Grupo De Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Março 2015. Disponível em:<https://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

MOTTA, Márcia. Ligas Camponesas: Historia de uma luta (dês) conhecida. In: Motta, Márcia e Zarth, Paulo (Orgs.) **Formas de resistências camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história,** vol. 2: concepção de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p. 243-257.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES(MPA). **CENSO AGROPECUÁRIO 2006 INFORMAÇÕES IMPORTANTES.** MPA Informa 2009. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/censoagropecuario2006>. Acesso em 04 de abril de 2016.

NAKATANI. Paulo, Faleiros. Rogério Naques e Vargas. Neide César. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.** São Paulo, 2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/ > Acesso em 15 de junho de 2015.

NETTO, José P. e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução critica.** São Paulo: Cortez, 2010.

NOVAES, Pedro. Cerrado. *In:* **Almanaque Brasil Socioambiental:** uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição

para a crise planetária. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. São Paulo, 2007.p.128-143.

OLIVEIRA, Oliveira, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

REDE DE AGRICULTURA SUSTENTAVEL – RAS. **A obscura história da Monsanto.** Disponível em < http://www.agrisustentavel.com >. Acesso em 12 de novembro de 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICCI, Fabio. **A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista.** Heera- Revista de História e Econômica e Economia Regional Aplicada – Vol. 1 Nº1. Jul./Dez. – 2006. Disponível em:< http://www.ufjf.br/heera >. Acesso em 14 de março de 2016.

SOUZA, Edilson C. Silva e. **Oeste da Bahia: novos arranjos espaciais.** Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB, Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento>. Acesso em 14 de março de 2016.

STEDILE. João Pedro. Introdução. In: STEDILE. João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500/1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-31.

TAVARES, Maria da C. Andrade, Manoel C. Pereira, Raimundo R. **Seca e Poder.** Entrevista com Celso Furtado. Fundação Perseu Abramo. 1998.

TEIXEIRA, Gerson. A Sustentação Política e Econômica do Agronegócio no Brasil. *In:* **Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Edição especial: julho de 2013. p.13-30.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.447/ 2015. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de maio de 2015. Seção 1, edição nr 85, p.2.